

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO

Edital 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	180308-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO	EDMARCIO FERRI	26/05/2026 14:37 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	71/2026	058.00108988/2024-38

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/ 2026

CONTRATANTE (UASG)

180308 - DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

OBJETO

Contratação de serviço comum de engenharia, consistente em manutenção predial corretiva, para o imóvel que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto, situado na Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 252.048,26 (duzentos e cinquenta e dois mil, quarenta e oito reais e vinte e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/06/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço / global

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026.

(Processo Administrativo nº 058.00108988/2024-38)

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo – Secretaria da Segurança Pública, por meio do(a) Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto sediado(a) na Rua Benjamin Constant, nº 3821, Bairro Vila Imperial, CEP 15.015-600, São José do Rio Preto/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço comum de engenharia consistente na manutenção predial corretiva para o imóvel que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto, situado na Rua Mario Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, compreendendo intervenções necessárias à conservação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo único de itens, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. As propostas deverão conter o valor unitário do item, bem como o valor global, conforme anexo de modelo de planilha da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante

comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase de habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico e-mail: uge.sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento – Resolução SSP nº 05/2026 e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6

e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo seguinte meio: e-mail uge. sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.gov.br e ou email: uge. sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não

Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo.

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA /SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.compras.gov.br e ou através de e-mail para uge.sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar (e Memorial Descritivo);

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Resolução SSP nº 05/2026;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta e cronograma físico-financeiro;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.6.1 ANEXO VI.1 - Declaração de Conhecimento do Local e das Condições da Realização do Objeto da Licitação precedida de Vistoria;

14.16.6.2 ANEXO VI.2 - Declaração de Conhecimento do Local e das Condições da Realização do Objeto da Licitação;

14.16.6.3 ANEXO VI.3 - Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação;

14.16.7. ANEXO VII – Planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e Projeto;

14.16.8. ANEXO VIII – Avaliação de Execução de Serviços;

São José do Rio Preto/SP, na data da assinatura digital.

EVERSON APARECIDO CONTELLI
Autoridade Competente

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVERSON APARECIDO CONTELLI
Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR180308_000020_2026.pdf (168.93 KB)
- Anexo II - ETP_180308_000004-2026 E MEMORIAL DESCRITIVO.pdf (420.11 KB)
- Anexo III - MINUTA TERMO DE CONTRATO_180308-000017-2026.pdf (152.26 KB)
- Anexo IV - RESOLUCAO SSP-05_2026_aplicacao_sancoes_Lei_Federal_14.133_21.pdf (1.09 MB)
- Anexo V - Modelo Planilha de Proposta e Cronograma.pdf (1.16 MB)
- Anexo VI - Modelo de Declaracao.pdf (518.71 KB)
- Anexo VII - Modelos referentes a vistoria Previa.pdf (582.29 KB)
- Anexo VIII - Planilha orcamentaria - Cronograma - BDI e Projeto.pdf (2.14 MB)
- Anexo IX - Avaliacao de Execucao de Servicos.pdf (653.96 KB)

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180308-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO	EDMARCIO FERRI	25/05/2026 18:39 (v 0.18)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		058.00108988/2024-38

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

(Processo Administrativo nº 058.00108988/2024-38)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço comum de engenharia consistente na manutenção predial corretiva, nos termos da tabela abaixo e planilha orçamentária anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Serviço comum de engenharia (manutenção predial)	13455	Unidade	1	R\$ 252.048,26	R\$ 252.048,26

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contados da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. O prazo para execução do objeto contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Início dos serviços.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Uso de tintas, solventes e outros materiais que agredam menos o meio ambiente;

4.1.2. Descarte, em local adequado, dos materiais rejeitados durante a execução do serviço;

4.1.3. A contratada observará a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.4. A contratada observará o Decreto nº 10.936, de 12 de Janeiro de 2022 que regulamenta a Lei 12.305, de 02 de Agosto de 2010;

4.1.5. A contratada observará a Portaria INMETRO nº 329, de 29 de julho de 2021 que dispõe sobre as mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 (dez) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) às 17 (dezessete) horas. A avaliação deverá ser agendada previamente pelo telefone: (17) 3234-1406 ou pelo e-mail: uge.sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, além do atestado de visita técnica (Modelo de Atestado de Visita Técnica (Anexo ao Edital)).

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **quinto dia útil após a emissão da ordem de serviço**;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Os serviços serão executados de acordo com as boas práticas da engenharia civil, observando-se as normas técnicas da ABNT, as especificações constantes da Planilha Orçamentária elaborada com base no SINAPI e demais normas aplicáveis.

I – Métodos e Tecnologias Empregadas

- a) Utilização de métodos construtivos convencionais compatíveis com os serviços de reforma predial;
- b) Emprego de ferramentas manuais e equipamentos mecânicos adequados a cada etapa executiva;
- c) Aplicação de técnicas que assegurem durabilidade, desempenho estrutural e qualidade do acabamento;
- d) Observância às normas de segurança do trabalho (NRs do Ministério do Trabalho), especialmente quanto ao uso de EPIs e EPCs;
- e) Adoção de procedimentos que minimizem impactos estruturais e operacionais no prédio público.

II – Etapas de Execução

A execução obedecerá, no mínimo, às seguintes etapas técnicas:

- Mobilização e preparação do local de trabalho, incluindo isolamento e sinalização das áreas;
- Demolições e remoções necessárias, se previstas em planilha;
- Preparação de superfícies e estruturas, incluindo regularizações, nivelamentos e tratamentos técnicos;
- Execução dos serviços principais de reforma, conforme itens da Planilha Orçamentária (recomposição estrutural, revestimentos, instalações, acabamentos, etc.);
- Testes e verificações técnicas, quando aplicáveis (instalações elétricas, hidráulicas, entre outras);
- Limpeza final e desmobilização.

III – Procedimentos Operacionais

- a) Os serviços serão executados conforme cronograma físico previamente aprovado pelo Gestor do Contrato;
- b) Cada etapa concluída será submetida à verificação da fiscalização antes da continuidade da etapa subsequente;
- c) Eventuais ajustes técnicos deverão ser formalmente comunicados e aprovados pela fiscalização;
- d) Os serviços deverão ser executados de forma a não comprometer a segurança dos usuários do prédio.

IV – Rotina de Execução a serem cumpridas:

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- a) Ratificação e adequação, caso necessário, do cronograma para aprovação pelo gestor do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Realização dos serviços, de acordo com o estabelecido no cronograma;
- c) Avaliação de cada serviço finalizado, após a sua conclusão, antes da continuação do planejado no cronograma;
- d) Conclusão total do cronograma com avaliação global dos serviços.
- e) A demanda do órgão tem como base a Planilha Orçamentária, documento anexo deste Termo de Referência, além de:

e.1.) Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão dos seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços, à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de serviços.

e.2.) Responsabilizar-se pelo controle, supervisão e desenvolvimento dos trabalhos, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

e.3.) Desenvolver e programar as tarefas de forma que não sejam criados obstáculos às atividades dos demais prestadores de serviço que eventualmente estejam trabalhando no prédio.

e.4.) Quando houver a necessidade de finalização de trabalho fora do horário estipulado, o Gestor do Contrato, ou quem por este for indicado, deverá ser comunicado com antecedência mínima de 48 horas, a fim de que seja dada prévia autorização.

e.5.) Fornecer e conservar equipamentos mecânicos e ferramental necessário, equipar as oficinas, disponibilizar mão de obra idônea, comprovadamente qualificada e experiente;

e.6.) Responsabilizar-se pela guarda e vigilância dos materiais, inclusive ferramental e instrumentos de sua propriedade utilizada no desempenho das tarefas de manutenção corretiva.

e.7.) Retirar dos serviços, imediatamente após o recebimento da correspondente solicitação, qualquer empregado que, a critério da fiscalização do CONTRATANTE, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo do cumprimento do cronograma previamente definido.

e.8.) Dispor de Engenheiro de Segurança ou técnico de segurança do trabalho, visando regularidades trabalhistas.

e.9.) Compatibilizar os horários de realização dos serviços com os estabelecidos neste documento.

e.10.) Comunicar previamente à Fiscalização e aos setores afetados, inclusive os de outros serviços contratados, sempre que for necessária a interrupção no fornecimento de energia elétrica, água, etc., devendo, ainda:

- Manter permanentemente limpa e bem conservada a área que lhe será destinada para a instalação de oficinas e almoxarifado de material de reposição.
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução, que tenham sido impugnados pela Fiscalização da CONTRATANTE.
- Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão dos mesmos, movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à efetiva redução de emissões poluidoras à atmosfera.

V – Frequência e Periodicidade

Por se tratar de serviço de reforma predial de natureza não continuada, a execução ocorrerá de forma concentrada durante o período de vigência contratual, conforme cronograma aprovado, não havendo periodicidade contínua, mas sim cumprimento de etapas sucessivas até a conclusão integral do objeto.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços.

5.1.4. A execução terá início a partir do quinto dia útil da emissão da Ordem de Serviço, observando-se o cronograma físico aprovado, com início das etapas subsequentes sempre condicionado à conclusão da etapa anterior e à verificação pela fiscalização.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP, CEP 15.047-036, sede do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais.

5.3. Os serviços serão prestados de **segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 17h, salientando-se que o local recebe** um grande fluxo de pessoas da comunidade em geral, além de circulação de funcionários e viaturas, devendo ser prevista a dinâmica dos procedimentos e adequando sempre que necessário para a célere conclusão do serviço sem prejuízo nas atividades policiais desenvolvidas do Distrito Policial.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer e disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto, observadas as quantidades estimadas, especificações técnicas e padrões de qualidade constantes do Memorial Descritivo e da Planilha Orçamentária elaborada com base na Tabela SINAPI, que integram os anexos do presente Termo de Referência, promovendo sua substituição sempre que necessário.

5.4.1. Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e demais regulamentações pertinentes, sendo vedada a utilização de materiais recondicionados ou fora de especificação.

5.4.2. Os materiais empregados deverão observar as especificações e referências constantes da planilha orçamentária baseada no SINAPI, admitindo-se equivalência técnica, desde que previamente aprovada pela fiscalização.

5.4.3. A Contratada será integralmente responsável pela guarda, transporte, armazenamento e adequada utilização dos materiais no local da execução.

5.4.4. Caberá à Contratada promover, sem ônus adicional para a Administração, a substituição imediata de qualquer material que apresente defeito, vício, inadequação técnica ou divergência em relação às especificações contratadas.

5.4.5. A Contratada deverá observar as normas de segurança do trabalho e as regras ambientais vigentes, inclusive quanto ao descarte adequado de resíduos provenientes da execução dos serviços.

5.4.6. Sempre que exigido pela fiscalização, a Contratada deverá apresentar catálogos técnicos, certificados de qualidade ou demais documentos comprobatórios da conformidade dos materiais empregados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A natureza dos serviços caracteriza-se como serviço comum de engenharia consistente na manutenção predial corretiva, com intervenções pontuais e previamente delimitadas, conforme quantitativos constantes da planilha orçamentária baseada no SINAPI;

5.5.2. Os serviços serão executados em imóvel público em funcionamento, devendo a Contratada adotar as medidas necessárias para não comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no local;

5.5.3. Os quantitativos indicados na planilha orçamentária representam estimativa técnica elaborada com base em levantamento prévio, devendo o licitante considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, transporte, mobilização, desmobilização, equipamentos, ferramentas e demais insumos;

5.5.4. O acesso às áreas de intervenção poderá exigir adequações logísticas compatíveis com a rotina da unidade, devendo tais condições serem consideradas na composição dos preços;

5.5.5. A proposta deverá contemplar eventual necessidade de recomposição de áreas afetadas pela execução dos serviços, ainda que não expressamente discriminadas, desde que tecnicamente indispensáveis à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

Procedimento de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante todo o período de realização dos serviços, a partir da emissão da Ordem de Serviço até a conclusão integral do objeto, com poderes para representá-lo perante a Administração e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. A fiscalização contratual abrangerá o acompanhamento da execução técnica dos serviços, da observância das especificações constantes do Termo de Referência, do cronograma físico-financeiro, da qualidade dos materiais empregados e do cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

6.20. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas para a contratação.

6.21. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros.

Gestor do Contrato

6.22. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de Medição de Resultado (IMR), denominado Termo de Avaliação de Execução dos Serviços, conforme previsto no Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1 não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.4.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo (s) detalhado (s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (e Decreto estadual Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 arts. 17, X, e 18, VI, do nº 68.220, de 2023).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará *a periodicidade mensal*, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada global, não sendo possível o desmembramento dos itens, para alcançar maior eficiência na prestação dos serviços de reparo nas dependências do prédio.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Empresário individual Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - Microempreendedor Individual - MEI CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-r/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Sociedade empresária estrangeira Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial: inscrição do ato constitutivo da Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia (ver Anexo);

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.21. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU competente;

8.22. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.23.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) ou certidão(ões) que deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Execução de serviços de alvenaria e adequações estruturais, em quantitativo correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos quantitativos previstos para as respectivas parcelas na planilha orçamentária;

8.23.1.2. Execução de serviços de telhado, cobertura e estrutura metálica, em quantitativo correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos quantitativos previstos para as respectivas parcelas na planilha orçamentária;

8.23.1.3. Execução de serviços de pintura predial, em quantitativo correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos quantitativos previstos para as respectivas parcelas na planilha orçamentária.

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24. O licitante deverá apresentar declaração contendo a relação dos compromissos assumidos que possam comprometer a disponibilidade do pessoal técnico indicado no item 8.22.5., conforme § 8º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.25. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do § 8º do art. 67 da referida lei.

Qualificação Técnico-Profissional

8.26. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional, devidamente registrado no CREA ou no CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica, acompanhado legalmente habilitado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, por execução de serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da contratação, tais como:

- a) Serviços de pintura predial;
- b) Reparos em cobertura, telhas, calhas, rufos e pingadeiras;
- c) Impermeabilização de laje e paredes;
- d) Execução de piso e revestimentos;
- e) Serviços de alvenaria e reboco;
- f) Instalações hidráulicas prediais;
- g) Instalações elétricas prediais.

8.27. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente - CREA ou

CAU, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), conforme o caso, por execução de serviço(s) de engenharia com características semelhantes ao objeto da contratação, tais como:

a) Para o Engenheiro Civil, Arquiteto ou Urbanista:

- a.1. Serviços de pintura predial;
- a.2) Reparos em cobertura, telhas, calhas, rufos e pingadeiras;
- a.3) Impermeabilização de laje e paredes;
- a.4) Execução de piso e revestimentos;
- a.5) Serviços de alvenaria e reboco;
- a.6) Instalações hidráulicas prediais;
- a.7) Instalações elétricas prediais.

8.27.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.27.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

Outras Comprovações

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.29. Tratando-se de consórcio :

8.29.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.29.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.29.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 252.048,26

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 252.048,26 (duzentos e cinquenta e dois mil, quarenta e oito reais e vinte e seis centavos) e conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária, com base nos preços referenciais SINAPI. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180308;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180220;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVERSON APARECIDO CONTELLI

Autoridade competente

LUCIANA FERREIRA DA SILVA

Equipe de apoio

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00108988/2024-38

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço comum de engenharia consistente em manutenção predial corretiva, com intervenções pontuais e fornecimento de mão de obra e materiais, destinada ao Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto.

A presente demanda consiste na necessidade de contratação de empresa especializada para a execução de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", e inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, visando à reforma e adequação das instalações do Núcleo de Polícia Judiciária do 4º e 6º Distritos Policiais, situado na Rua Mário Maia, nº 155, Jardim das Oliveiras, no Município de São José do Rio Preto/SP.

2.2. Diagnóstico do problema

O imóvel apresenta patologias construtivas e inconformidades estruturais que comprometem sua adequada funcionalidade, segurança, salubridade e conservação patrimonial, exigindo intervenção técnica corretiva planejada, conforme memorial descritivo elaborado por engenheiro civil e anexado a este Estudo Técnico Preliminar.

Dentre as necessidades identificadas, destacam-se:

- substituição da caixa d'água atualmente instalada, em razão de vazamentos decorrentes de fissuras detectadas;
- reparos e substituição de calhas e elementos de drenagem pluvial;
- tratamento de infiltrações e umidade ascendente em rodapés e paredes;
- correção de infiltração no teto da sala de atendimento ao público;
- fechamento e adequação da área destinada ao depósito de objetos apreendidos, com vistas à preservação, organização e correta identificação dos bens sob custódia;
- cobertura de área de ligação com execução de contrapiso;
- pintura interna e externa de paredes, tetos e pisos;
- adequações estruturais e funcionais necessárias à melhoria das condições físicas do ambiente.

As patologias identificadas evidenciam falhas no sistema de drenagem e impermeabilização, com risco de agravamento progressivo caso não haja intervenção corretiva estruturada, podendo resultar em deterioração ampliada da edificação e aumento significativo dos custos futuros de recuperação.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de reforma corretiva planejada, com abordagem integrada, destinada a:

- eliminar as causas das infiltrações;
- preservar a integridade estrutural do imóvel;
- assegurar condições mínimas de segurança e salubridade aos servidores e usuários;
- garantir ambiente adequado ao exercício das atividades de polícia judiciária;
- prevenir a elevação de custos decorrentes de intervenções emergenciais e sucessivas.

A situação constatada caracteriza necessidade administrativa concreta, atual e devidamente fundamentada em elementos técnicos, cuja não intervenção poderá comprometer a continuidade e a regular prestação do serviço público essencial desempenhado na unidade policial.

Para subsidiar tecnicamente a contratação, foi instaurado o Processo SEI nº 058.00069949/2024-16, contendo Análise Técnica, planta baixa, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, planilha orçamentária, composição de BDI, planilha sintética de serviços e cotações complementares, documentos que conferem suporte técnico e justificam a definição do objeto.

Registre-se, ainda, que foi instaurado pelo Ministério Público Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Fiscalização (PAF), no qual foram apontadas inconformidades estruturais relevantes, incluindo infiltrações generalizadas, presença de mofo em diversas salas, deterioração de áreas internas, vegetação excessiva no estacionamento e comprometimento da sala de apreensões, com reflexos na adequada custódia de bens.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Administração da Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto	Amaury Scheffer de Oliveria J´únior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Fundamentação Legal e Classificação do Objeto

A presente contratação observará as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 18, bem como as demais normas correlatas aplicáveis às contratações de serviços de engenharia.

O objeto enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, e inciso XLI, da referida Lei, por consistir em atividade cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, devidamente detalhadas no Termo de Referência, no memorial descritivo e na planilha orçamentária elaborada com base em referenciais oficiais.

Os serviços previstos não envolvem complexidade técnica singular, tampouco demandam solução inovadora ou predominantemente intelectual, sendo plenamente passíveis de descrição objetiva e de comparação entre propostas segundo critérios objetivos de julgamento, admitindo-se, portanto, a adoção do critério de menor preço, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Forma de Execução

A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, do tipo **menor preço**, contemplando a execução de serviço comum de engenharia consistente em manutenção predial corretiva, com intervenções pontuais e fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à perfeita execução do objeto.

A execução deverá observar rigorosamente:

- a) o memorial descritivo;
- b) o cronograma físico-financeiro;
- c) a planilha orçamentária;
- d) as normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- e) as normas de segurança do trabalho vigentes;
- f) a legislação ambiental pertinente, quando aplicável.

O contrato preverá garantia mínima dos serviços executados, nos termos do Código Civil e das normas técnicas pertinentes, sem prejuízo da responsabilidade técnica do profissional habilitado.

4.2.1. Participação de Empresas em Consórcio

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.

A medida visa ampliar a competitividade do certame e possibilitar maior participação de empresas do setor da construção civil e manutenção predial, especialmente considerando a diversidade de serviços envolvidos na execução contratual, abrangendo intervenções estruturais, hidráulicas, impermeabilização, drenagem, pintura, instalações e adequações funcionais.

Embora o objeto seja classificado como serviço comum de engenharia, a execução contratual demanda integração de diferentes frentes operacionais e capacidade de mobilização técnica e administrativa compatível com o cronograma previsto, circunstância que recomenda a ampliação das possibilidades de participação do mercado.

A admissão de consórcio mostra-se compatível com os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da adequada execução contratual, especialmente porque serão exigidos, no edital, os requisitos de habilitação técnica, econômico-financeira e responsabilidade solidária entre as consorciadas, nos termos da legislação aplicável.

Ademais, a possibilidade de participação em consórcio contribui para ampliar o universo de potenciais licitantes, fomentar a concorrência e evitar restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

Dessa forma, conclui-se pela admissibilidade da participação de empresas em consórcio, observadas as condições e limitações que serão estabelecidas no instrumento convocatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4.3. Requisitos Técnicos da Contratada

A empresa contratada deverá:

- I – comprovar qualificação técnico-operacional compatível com o objeto, na forma a ser detalhada no edital;
- II – indicar responsável técnico devidamente registrado no CREA ou CAU, com emissão da respectiva ART ou RRT;
- III – executar os serviços conforme as boas práticas de engenharia e normas técnicas vigentes;
- IV – fornecer materiais novos, sem uso anterior, e em conformidade com as especificações técnicas do projeto;
- V – cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento, fiscalização e substituição de EPIS;
- VI – manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
- VII – reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

4.4. Obrigações Relativas à Execução

A prestação dos serviços:

- a) não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedada qualquer forma de pessoalidade ou subordinação direta;
- b) será realizada por profissionais uniformizados e devidamente identificados;
- c) deverá observar protocolos de segurança compatíveis com o ambiente de unidade policial;
- d) deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma aprovado;
- e) estará sujeita à fiscalização administrativa e técnica designada pela Administração;
- f) deverá garantir a continuidade das atividades da unidade policial durante a execução, adotando medidas de isolamento, sinalização e segurança.

4.5. Escopo Técnico dos Serviços

Os serviços compreendem intervenções corretivas destinadas à eliminação de patologias construtivas e readequação funcional do imóvel, incluindo:

a) Drenagem e Impermeabilização

- substituição integral das calhas existentes por unidades resistentes à corrosão;
- ampliação e adequação das saídas de águas pluviais;
- vedação de rufos e pingadeiras;

- tratamento anticorrosivo de estruturas metálicas;
- impermeabilização de lajes, quando necessário.

b) Adequações Estruturais

- fechamento parcial de poço de luz com cobertura em aluzinco;
- execução de parede em alvenaria com instalação de janela;
- remoção e realocação de esquadrias;
- fechamento de portas internas e externas com recomposição de acabamento.

c) Sala de Apreensão

- criação de área específica para armazenamento de drogas apreendidas;
- instalação de porta reforçada;
- instalação de sistema de exaustão;
- reforço estrutural para maior controle de acesso.

d) Serviços Hidráulicos

- substituição da caixa d'água;
- troca de torneiras, sifões, flexíveis e ralos;
- instalação de caixa sifonada em sanitário com inconformidade.

e) Adequações Internas

- demolição e reconstrução de calçadas conforme normas de acessibilidade;
- instalação de parede em drywall na recepção;
- tratamento de umidade e recomposição de reboco;
- pintura interna completa das áreas afetadas.

f) Intervenções Externas

- remoção de textura antiga e aplicação de impermeabilizante acrílico;
- pintura externa com material resistente a intempéries;
- pintura de piso com tinta epóxi;
- pintura anticorrosiva de estruturas metálicas;
- corte de árvores com observância da legislação ambiental;
- pavimentação em paver;
- instalação de cobertura metálica galvanizada para veículos;
- aplicação de piso intertravado e brita em áreas laterais.

Ao final, deverá ser realizada limpeza técnica completa, com remoção de resíduos e entrega do imóvel em condições adequadas de uso.

4.6. Regime de Execução Contratual

O contrato será celebrado sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, considerando que:

- a) o objeto encontra-se devidamente definido em projeto e planilha orçamentária;

- b) os quantitativos estão previamente estimados;
- c) há viabilidade de execução integral por preço certo e total.

A medição e o pagamento ocorrerão conforme etapas previstas no cronograma físico-financeiro, condicionados à fiscalização e atesto da execução, mediante apresentação de boletim de medição acompanhado de documentação comprobatória da execução dos serviços.

4.7. Da Garantia Contratual

Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

A opção pela dispensa da garantia decorre da análise da natureza, vulto e complexidade da contratação, considerando que a exigência de caução, seguro-garantia ou fiança bancária não se mostra economicamente vantajosa para a Administração, uma vez que os custos correspondentes tenderiam a ser incorporados aos preços ofertados pelas licitantes, acarretando aumento indireto do valor da contratação. Ademais, considerando o porte da contratação, o prazo de execução e os mecanismos ordinários de fiscalização contratual previstos na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a dispensa da garantia não compromete a adequada execução do objeto nem representa risco relevante ao interesse público.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para fins de estimativa do valor da contratação foi realizado em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante utilização de sistemas referenciais oficiais de custos e parâmetros técnicos idôneos, observando-se metodologia compatível com a natureza de serviço comum de engenharia.

A estimativa de preços teve como referência principal a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), observada a competência vigente à época da elaboração da planilha orçamentária, considerando encargos sociais aplicáveis e composição de custos unitários compatíveis com o objeto pretendido.

Com base nos quantitativos definidos no projeto técnico e no memorial descritivo, foi elaborada planilha orçamentária sintética contemplando os serviços necessários à manutenção e conservação predial da unidade, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e insumos indispensáveis à adequada execução.

O orçamento foi elaborado por profissional habilitado na área de engenharia civil, com a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), assegurando a adequação dos quantitativos, especificações e composições de custos aos serviços previstos.

Para itens específicos não contemplados diretamente na base SINAPI, foram realizadas cotações de mercado junto a fornecedores especializados, devidamente formalizadas e juntadas aos autos, de modo a garantir aderência aos valores praticados e assegurar estimativa compatível com a realidade local, em consonância com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

O Benefício e Despesas Indiretas (BDI) foi aplicado em percentual tecnicamente justificado, com memória de cálculo demonstrativa de sua composição, observando parâmetros usuais de mercado e a natureza dos serviços a serem executados, contemplando despesas indiretas, administração central, seguros, garantias, riscos, tributos incidentes e margem de lucro.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa de valor da contratação encontra-se fundamentada em critérios técnicos objetivos, fontes oficiais de preços e parâmetros de mercado idôneos, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviço comum de engenharia, objetivando a manutenção e conservação predial corretiva do prédio que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto/SP, por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, enquadrando-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, e inciso XLI, da referida Lei.

A contratação compreenderá o fornecimento integral de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, mão de obra especializada e demais recursos necessários à completa execução dos serviços previstos no projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos.

A adoção da solução com fornecimento de materiais pela própria contratada mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa, considerando a natureza integrada dos serviços de engenharia a serem executados, a necessidade de compatibilização entre

materiais e métodos construtivos, bem como a responsabilidade técnica unificada pela qualidade, desempenho e garantia dos serviços executados.

A eventual aquisição segregada de materiais pela Administração poderia acarretar aumento da complexidade logística e administrativa, dificuldades de armazenamento, riscos de incompatibilidade técnica entre insumos e serviços executados, além de potencial comprometimento da eficiência da execução contratual, da definição de responsabilidades e do controle de garantias.

Ademais, a contratação integrada da execução com fornecimento de materiais favorece a economicidade, a padronização técnica, a celeridade na execução e a adequada gestão contratual, permitindo maior eficiência operacional e redução de riscos de paralisação ou descontinuidade dos serviços.

A solução contempla a execução integral das intervenções necessárias à eliminação das patologias construtivas identificadas, à recomposição das condições estruturais e funcionais do imóvel e à adequação dos ambientes às exigências operacionais da unidade policial, assegurando segurança, salubridade, durabilidade e continuidade do serviço público.

Previamente à definição da solução, foram avaliadas as seguintes alternativas técnicas:

- I – Não realizar a intervenção: alternativa inviável, diante das patologias estruturais e riscos de deterioração progressiva do imóvel, com potencial comprometimento das atividades policiais;
- II – Execução direta pela Administração: inviável em razão da inexistência de equipe técnica própria e estrutura operacional suficiente para execução integral dos serviços no prazo necessário;
- III – Contratação fracionada por especialidade: tecnicamente desaconselhável, considerando a interdependência dos serviços e o risco de conflitos de responsabilidade entre múltiplos contratados;
- IV – Adoção exclusiva de manutenção preventiva: insuficiente para sanar as patologias já instaladas, que demandam intervenções corretivas estruturais.

Diante desse cenário, conclui-se que a contratação por empreitada por preço global, mediante procedimento competitivo, apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

A execução compreenderá a realização de inspeção técnica detalhada por profissional habilitado, previamente ao início das intervenções, com a finalidade de confirmar as áreas efetivamente danificadas, identificar elementos passíveis de reaproveitamento mediante reparo e consolidar os quantitativos executivos necessários à adequada execução contratual, sem descaracterizar o escopo previamente definido no projeto e na planilha orçamentária.

Previamente ao início das obras, será promovida a limpeza geral das áreas afetadas, com remoção de detritos, resíduos, vegetação, objetos estranhos e demais materiais que possam comprometer a execução dos serviços, observando-se as normas ambientais e de segurança aplicáveis. Elementos como calhas e rufos que permanecerem em uso serão integralmente desobstruídos.

Os componentes comprometidos estruturalmente serão removidos e substituídos por novos materiais compatíveis com as especificações técnicas previstas no projeto e memorial descritivo. A instalação de calhas, rufos, pingadeiras e demais elementos de drenagem será realizada com fixação adequada, utilização de suportes apropriados e vedação completa de juntas e emendas, assegurando estanqueidade e desempenho eficiente do sistema.

As intervenções de impermeabilização serão executadas conforme especificações técnicas e orientações dos fabricantes, incluindo aplicação de manta impermeabilizante nas áreas indicadas, antes da recomposição de pisos ou revestimentos. Após a instalação, os sistemas de drenagem serão submetidos a testes operacionais com água, a fim de verificar o correto escoamento e a ausência de falhas.

As pinturas internas e externas serão realizadas conforme padrões institucionais da Polícia Civil do Estado de São Paulo, utilizando materiais de qualidade compatíveis com as exigências técnicas e condições ambientais, garantindo durabilidade e acabamento adequado.

Ao término dos serviços, será realizada limpeza completa do local, com retirada de resíduos e organização das áreas intervenientes. Será promovida vistoria final para verificação da conformidade da execução com o projeto, o Termo de Referência, o contrato e as normas técnicas aplicáveis.

Durante toda a execução contratual, deverá ser assegurada a continuidade das atividades policiais no local, cabendo à contratada adotar medidas de sinalização, isolamento, controle de acesso e segurança necessárias à proteção de servidores, usuários, equipamentos públicos e bens em geral.

O recebimento provisório e definitivo dos serviços observará os critérios e prazos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021. Todos os serviços executados deverão ser garantidos, inclusive quanto aos materiais empregados, pelo prazo legal e contratualmente estipulado, sem prejuízo da responsabilidade civil e técnica da contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A licitação será composto por 01 (um) lote contendo todos os itens elencados no quadro abaixo:

Item	N.E.	Código	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1		97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	4,06
1.2		97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	13,00
1.3		97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	8,00
1.4		104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	47,98
1.5		98530	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00
1.6		98527	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00
1.7		98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	28,00
1.8		104803	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	123,00
1.9		CP001	REMOCAO TEXTURA EXISTENTE COM ESPATULA E LIXADEIRA	H	36,00
1.10		103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	UN	2,00
2			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICA INTERNA		
2.1		104475	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	UN	8,00
2.2		91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00
2.3		91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00
2.4		96984	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	17,49
2.5		103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	4,00
2.6		91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	60,00
2.7		91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00
2.8		103244	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 9000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	2,00
2.9		103290	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021_PA	M	30,00
2.10		100853	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, TIPO MONOCOMANDO. AF_01/2020	UN	3,00
2.11		CP002	EXAUSTOR DE PAREDE DE 150MM	UN	1,00
2.12		86096	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	8,00
2.13		86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00
			SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.		

2.14		86882	AF_01/2020	UN	13,00
2.15		86887	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00
2.16		104329	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA REDONDA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00
3			ALVENARIA		
3.1		96530	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	30,00
3.2		92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	120,00
3.3		94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	2,80
3.4		103343	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	98,50
3.5		104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	40,00
3.6		87888	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	98,20
3.7		87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	98,20
3.8		93200	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ARGAMASSA APLICADA COM BISNAGA. AF_03/2024	M	18,00
4			TELHADO ESTRUTURA METALICA		
4.1		94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	12,30
4.2		92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	12,30
4.3		94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	136,00
4.4		94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	13,00
4.5		89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	M	33,5
4.6		89529	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	14,00
4.7		102607	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,00
5			CALCADAS		
5.1		92396	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	28,00

5,2		94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	6,49
5,3		87255	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE	M2	6,60
5,3		88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	38,00
5,4		88650	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	M2	12,00
6			ESQUADRIAS		
6.1		94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	3,20
6.2		94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	2,70
6.3		90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00
6.4		90793	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00
6.5		100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/2019	UN	1,00
7			PINTURA		
			Paredes		
7.1		88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	159,75
7.2		88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	159,75
7.3		98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	547,00
7.4		95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	547,00
7.5		95626	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	547,00
7.6		88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	951,00
7.7		104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	672,00
			Madeira – portas, janela e grade		
7.8		102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	148,00
7.9		100718	COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020	M2	960,00
7.10		100717	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	M2	166,8
7.11		102220	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	148,00
7.12		100736	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	166,8

7.13		102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	43,20
7.14		100747	EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	196,00
8			PAREDE GESSO ACARTONADO		
8.1		96358	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	6,20
8.3		88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	6,20
8.4		88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	12,40
8.5		88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	12,40
9			LIMPEZA FINAL DE OBRA		
9.1		99803	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	M2	682,00
9.2		100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	40,00
9.3		CP 003	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3	CARGA	1,00
10			SERVICOS NATUREZA ESPECIFICA		
9.6		CP 004	COBERTURA TIPO SOMBRITE DE 5,60X5,00 METROS	UN	1,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 252.349,30

Valor total de R\$ 252.349,30 (duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta centavos).

Para estimativa apresentada, foi elaborada planilha orçamentária com base nos preços oficiais SINAPI.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, e do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto.

Verificou-se que os serviços previstos consistem em intervenções integradas de manutenção e conservação predial, envolvendo atividades correlatas e interdependentes no âmbito da engenharia civil, tais como drenagem, impermeabilização, adequações estruturais, reformas hidráulicas, pintura e requalificação de áreas externas. Tais serviços não apresentam segmentação técnica autônoma relevante que justifique sua divisão em múltiplos contratos sem comprometimento da coerência executiva.

O eventual parcelamento poderia acarretar prejuízos à Administração, notadamente:

- I – aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual, com multiplicidade de instrumentos contratuais e sobreposição de responsabilidades;
- II – risco de incompatibilidades técnicas entre etapas executadas por diferentes empresas, especialmente em serviços interdependentes;
- III – dificuldade de coordenação de cronogramas e definição de responsabilidade por eventuais falhas construtivas;
- IV – perda de economia de escala na aquisição de materiais e mobilização de equipes;
- V – possibilidade de paralisações decorrentes de dependência entre frentes de serviço.

Considerando que se trata de solução técnica integrada, cuja execução demanda compatibilização simultânea das etapas construtivas e coordenação centralizada, conclui-se que a contratação por lote único assegura maior eficiência administrativa, melhor controle da execução, padronização técnica e responsabilidade concentrada, reduzindo riscos operacionais, financeiros e jurídicos.

Registre-se, ainda, que o parcelamento não se mostra técnico ou economicamente vantajoso no caso concreto, não havendo comprometimento à competitividade do certame, tendo em vista que o objeto é compatível com a capacidade operacional usual das empresas do ramo de construção civil.

Sob a ótica da economicidade, eficiência e interesse público, o parcelamento não se revela adequado.

Dessa forma, opta-se pela contratação do objeto em lote único, não havendo parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise do planejamento anual de contratações e dos instrumentos contratuais vigentes no âmbito desta unidade administrativa, verificou-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da presente contratação.

Não existem contratos em execução cuja continuidade, ampliação ou complementação seja condicionante à realização dos serviços ora propostos, tampouco procedimentos licitatórios em curso que guardem relação de dependência técnica ou operacional com o objeto em referência.

Registra-se, ainda, que a solução pretendida possui autonomia funcional e executiva, não estando vinculada a etapas subsequentes ou paralelas de outros ajustes administrativos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Certifica-se que a presente contratação encontra-se em consonância com o planejamento orçamentário vigente para o exercício de 2026, em conformidade com o Decreto Estadual nº 69.319/2025, com a Lei nº 18.078/2025, de 03 de janeiro de 2025 (Lei Orçamentária Anual), bem como com as diretrizes complementares estabelecidas para a execução orçamentária no corrente exercício.

Os recursos destinados à execução dos serviços de manutenção predial corretiva estão devidamente previstos na programação orçamentária da Unidade Gestora, com indicação da respectiva classificação funcional-programática, natureza de despesa e fonte de recursos, compatíveis com a ação governamental correspondente e alinhados às prioridades institucionais da Polícia Civil do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto.

A contratação decorre de necessidade previamente identificada no planejamento administrativo e no levantamento das condições estruturais do imóvel, voltada à preservação da integridade física do patrimônio público, à mitigação de riscos operacionais e à garantia de condições adequadas de funcionamento das atividades de polícia judiciária, serviço público essencial.

Registra-se, ainda, que a demanda é compatível com o Plano de Contratações Anual, quando aplicável, e observa as diretrizes de governança, planejamento e responsabilidade na gestão fiscal.

Assim, resta demonstrado o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico e orçamentário da Administração, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e responsabilidade fiscal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do serviço comum de engenharia, objetivando a manutenção e conservação predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto, proporcionará benefícios estruturais, operacionais e institucionais diretamente relacionados às deficiências atualmente verificadas na edificação.

Sob o aspecto estrutural, a substituição de calhas, rufos, pingadeiras e elementos de fixação do telhado, aliada à vedação adequada e à impermeabilização das áreas críticas, permitirá o correto escoamento das águas pluviais, mitigando infiltrações atualmente constatadas em rodapés, paredes e tetos, inclusive na sala de atendimento ao público. A solução reduzirá a propagação de umidade, mofo e manchas, prevenindo a degradação progressiva da estrutura física do imóvel e ampliando sua vida útil.

A recomposição de pisos, execução de contrapiso em área de ligação e tratamento das áreas afetadas contribuirão para a estabilização das superfícies internas e externas, promovendo maior durabilidade da edificação, melhoria das condições de acessibilidade e redução de riscos de acidentes envolvendo servidores e cidadãos que frequentam a unidade.

O fechamento da área destinada a depósito de objetos apreendidos proporcionará melhores condições de armazenamento, preservação e identificação dos bens sob custódia da Polícia Civil do Estado de São Paulo, reduzindo riscos de deterioração, extravio ou comprometimento da cadeia de custódia.

A roçagem e organização da área externa, especialmente do estacionamento, contribuirão para a melhoria das condições sanitárias, da segurança patrimonial e da adequada apresentação institucional da unidade, reduzindo potenciais focos de insalubridade e facilitando o controle de acesso.

A pintura interna e externa, além de recompor superfícies afetadas por infiltrações e desgaste natural, promoverá ambiente mais salubre, organizado e compatível com a natureza do serviço público prestado, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento digno à população.

Sob a perspectiva administrativa e orçamentária, a execução planejada da manutenção corretiva reduzirá a necessidade de intervenções emergenciais futuras, diminuindo custos extraordinários, riscos de paralisação das atividades e demandas judiciais ou de órgãos de controle, garantindo maior previsibilidade orçamentária e racionalidade na gestão do patrimônio público.

A medida também atende às recomendações decorrentes de Procedimento de Acompanhamento de Fiscalização instaurado pelo Ministério Público, evidenciando atuação preventiva e diligente da Administração na preservação do patrimônio público e na garantia da continuidade do serviço público essencial.

Em síntese, os benefícios esperados consistem na recuperação da integridade física do imóvel, na mitigação de riscos estruturais e sanitários, na melhoria das condições de segurança, funcionalidade e salubridade da unidade policial, na proteção do acervo sob custódia estatal e no fortalecimento institucional da Polícia Civil perante a sociedade e os órgãos de controle.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada execução contratual, a Administração designará, mediante publicação de Portaria, servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será formalmente indicado um Gestor do Contrato, bem como um Fiscal do Contrato e respectivo substituto, os quais atuarão no acompanhamento técnico e administrativo da execução dos serviços. Compete-lhes verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, o cronograma físico-financeiro e as especificações técnicas constantes do projeto e memorial descritivo.

Os servidores designados receberão orientações quanto às atribuições inerentes à gestão e fiscalização, incluindo:

- registro formal de ocorrências em instrumento próprio;
- acompanhamento da execução física e financeira;
- atesto de medições e notas fiscais;
- verificação da qualidade dos materiais empregados;
- controle de prazos;
- comunicação formal de eventuais irregularidades;
- proposição de aplicação de sanções, quando cabível.

Os atos de fiscalização serão devidamente documentados nos autos do processo administrativo, garantindo rastreabilidade, transparência e controle dos atos praticados.

Caso necessário, poderá haver apoio técnico de profissional habilitado na área de engenharia para subsidiar a fiscalização quanto aos aspectos técnicos específicos da execução, especialmente para análise de medições, conformidade estrutural e observância das normas técnicas aplicáveis.

Tais providências visam assegurar a regularidade da execução contratual, a observância aos princípios da eficiência, legalidade, planejamento e controle, bem como a proteção do interesse público e a adequada gestão do patrimônio público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do **serviço comum de engenharia consistente na manutenção e conservação predial corretiva** do imóvel que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto poderá gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados à

geração de resíduos da construção civil, consumo de água e energia, emissão de ruídos e utilização de insumos potencialmente poluentes.

Para atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como à Lei nº 12.305/2010, a contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental durante toda a execução contratual, adotando medidas destinadas à mitigação de impactos e à promoção do uso racional de recursos.

No que se refere aos resíduos da construção civil, deverá ser observada a Resolução CONAMA nº 307/2002, promovendo-se a adequada classificação, segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente correta dos materiais gerados.

Deverão ser observadas, entre outras, as seguintes diretrizes:

I – Utilização preferencial de produtos e materiais que causem menor impacto ambiental, evitando-se substâncias irritantes, tóxicas ou poluentes, sempre que houver alternativa técnica viável;

II – Emprego de equipamentos eficientes, com menor consumo energético e reduzida emissão de ruídos, observando-se a regulamentação pertinente, inclusive normas aplicáveis do CONAMA;

III – Atendimento às Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que se refere à execução dos serviços e à destinação de resíduos sólidos;

IV – Adoção de medidas para evitar desperdício de água e promover o uso racional de energia elétrica;

V – Segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, inclusive entulho, tintas, solventes e embalagens, com comprovação documental quando exigível;

VI – Cumprimento do disposto no art. 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 e na Resolução CONAMA nº 362/2005, quanto ao recolhimento e descarte adequado de óleo lubrificante usado ou contaminado, quando aplicável;

VII – Observância da Resolução CONAMA nº 401/2008 quanto à destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias eventualmente utilizadas;

VIII – Vedação à utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio, nos termos do Decreto nº 2.783/1998 e da Resolução CONAMA nº 267/2000;

IX – Implementação de boas práticas voltadas à racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas, substituindo-as, sempre que possível, por alternativas menos agressivas ao meio ambiente;

X – Promoção da reciclagem e da destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

A contratada permanecerá sujeita à fiscalização da Administração e dos órgãos ambientais competentes quanto ao cumprimento das obrigações legais e contratuais.

As medidas acima visam compatibilizar a execução do serviço comum de engenharia com a proteção ambiental, em observância aos princípios do desenvolvimento sustentável, da prevenção, da eficiência e da responsabilidade socioambiental nas contratações públicas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos elementos técnicos apresentados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para a execução de **serviço comum de engenharia consistente na manutenção e conservação predial corretiva** do imóvel que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto.

A solução proposta demonstra-se adequada ao atendimento da demanda administrativa identificada, tendo em vista que os levantamentos técnicos realizados evidenciaram a existência de inconformidades estruturais e funcionais que comprometem a segurança, a salubridade, a integridade do patrimônio público e a adequada prestação do serviço público policial.

A análise das alternativas possíveis indicou que a contratação mediante procedimento licitatório, sob regime de empreitada por preço global, revela-se a alternativa mais eficiente e segura, considerando a natureza integrada das intervenções, a necessidade de coordenação técnica centralizada e a responsabilidade concentrada pela execução.

Verifica-se, ainda, que a contratação apresenta compatibilidade com:

- o planejamento orçamentário vigente;
- a disponibilidade de recursos financeiros;
- as soluções técnicas disponíveis no mercado;
- a capacidade operacional usual das empresas do setor de construção civil.

A estimativa de custos foi elaborada com base em referenciais oficiais e parâmetros de mercado idôneos, demonstrando-se adequada, proporcional e compatível com os preços praticados, evidenciando a vantajosidade da solução sob a ótica da economicidade, eficiência, durabilidade das intervenções e mitigação de riscos estruturais, operacionais e jurídicos.

A solução adotada encontra respaldo nos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência, interesse público, segurança jurídica, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, resta devidamente demonstrada a viabilidade técnica, operacional, orçamentária e econômica da contratação pretendida, configurando medida necessária, proporcional e adequada ao atendimento do interesse público, estando o processo apto a prosseguir para a elaboração do Termo de Referência e deflagração do procedimento licitatório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANA FERREIRA DA SILVA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Memorial Descritivo Sao Jose Rio Preto - Alterado PDF.pdf (232.09 KB)

MEMORIAL DESCRITIVO

Reforma do prédio que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto/SP

Endereço: Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jd. das Oliveiras, São José do Rio Preto, SP, 15047-036.

Contratante: Delegacia Seccional de São José do Rio Preto.

Objeto: Reforma/manutenção predial da estrutura, telhado, rede elétrica, rede hidráulica e de acabamento geral do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais.

1. Introdução

Este memorial descritivo visa detalhar os serviços de reforma a serem executados no **Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto**. A reforma abordará a substituição das calhas, renovação das instalações elétricas e hidráulicas, troca da caixa d'água, modificações para adequações de espaços internos e externos, adequação de acessibilidade, além de acabamentos gerais.

A obra tem como objetivo solucionar problemas de infiltração, umidade, desgaste de materiais, além de otimizar a distribuição e segurança dos espaços da delegacia.

2. Serviços de Drenagem e Impermeabilização

2.1 Troca das Calhas e Ampliação das Saídas de Água Pluvial

- **Descrição:** As calhas de coleta de águas pluviais existentes serão removidas e substituídas por novas calhas de material resistente à corrosão, adequadas para suportar grandes volumes de água, visando evitar acúmulo e infiltrações.
- **Instalação de Novas Saídas de Água:** Além da substituição das calhas, serão ampliadas as saídas de água pluvial, com a instalação de novos pontos estratégicos para melhor escoamento e distribuição da água, reduzindo os focos de infiltração e acúmulo em áreas críticas.

3. Estrutura: Fechamento de Poço de Luz e Modificações Estruturais

3.1 Cobertura de Aluzinco e Construção de Parede

- **Cobertura de Aluzinco:** O poço de luz existente será fechado parcialmente com uma cobertura de **aluzinco**, material escolhido pela sua leveza, resistência à corrosão e durabilidade.
- **Parede de Alvenaria:** Uma parede de **1,95 metros de largura e 4 metros de altura** será construída em alvenaria, fechando o espaço onde hoje há o poço de luz. Nesta parede será instalada uma **janela de correr de 1,5x1,8 metros**, para garantir ventilação e iluminação ao ambiente interno.
- **Piso cerâmico:** Na área do poço de luz, será instalado um novo piso cerâmico, utilizando peças de 60x60 cm, que proporcionam durabilidade e fácil manutenção. Para complementar o acabamento, será instalado um rodapé cerâmico de 7 cm de altura ao longo das paredes dessa área, garantindo um visual harmonioso e facilitando a limpeza e a proteção das paredes contra umidade e sujeira.

3.2 Demolição de Janela e Criação de Passagem de Acesso

- **Remoção de Janela Existente:** A janela atualmente instalada nesse espaço será removida, criando um acesso entre o novo espaço coberto e a sala de cartório. Esta passagem será executada com acabamento adequado para manter a continuidade estrutural e visual.

4. Modificações de Portas e Janelas

4.1 Fechamento de Portas Internas

- **Descrição:** Serão fechadas três portas internas de **80 cm de largura**. O fechamento será realizado em alvenaria, com posterior aplicação de reboco para garantir o acabamento interno e externo das paredes.

4.2 Fechamento de Portas Externas e Instalação de Janelas Altas

- **Descrição:** Duas portas externas serão removidas e os vãos serão fechados com alvenaria. Nesses espaços, serão instaladas **janelas altas de 80x210 cm**, visando melhorar a iluminação natural nas salas de cartório e arquivo.

5. Adequação da Sala de Apreensão

5.1 Criação de Sala Interna para Armazenamento de Drogas Apreendidas

Descrição: Na nova sala de apreensão, as paredes serão executadas em alvenaria com blocos de concreto, conforme especificado em projeto. Para suportar o peso das paredes, será utilizada uma estrutura de viga baldrame, devidamente dimensionada conforme as cargas da edificação, apoiada em blocos de sapata que proporcionarão a resistência necessária à fundação.

Após a construção das paredes, será aplicado o chapisco para garantir a aderência da argamassa, seguido do reboco em todas as superfícies, garantindo um acabamento uniforme e resistente para as paredes internas e externas.

- será criada uma nova sala interna, com dimensões de **2x2 metros**, destinada ao armazenamento seguro de drogas apreendidas. Essa sala terá uma porta de **60x210 cm**, garantindo a segurança e controle de acesso.

5.1.1. Piso Cerâmico

- O piso existente nas salas será mantido, sendo realizado apenas o reparo nas peças cerâmicas ao redor das novas paredes que possam ser danificadas durante a execução dos serviços. As peças substituídas serão cuidadosamente ajustadas para manter a uniformidade do revestimento.
- Para complementar o acabamento, será instalado um rodapé cerâmico de 7 cm de altura ao longo das paredes dessa área, garantindo um visual harmonioso e facilitando a limpeza e a proteção das paredes contra umidade e sujeira.

5.1.2. Instalações Elétricas

As instalações elétricas nas duas salas serão executadas conforme as normas ABNT NBR 5410, com atenção às especificações de cada ambiente:

- **Instalação de Exaustor:** Será instalado um exaustor de parede de **150 mm** nesta sala para garantir ventilação adequada.
- **Salinha de 2x2 (Sala de Apreensão):** Será instalado um interruptor de 2 teclas, sendo uma destinada ao acionamento do exaustor e a outra para a iluminação da sala.

- **Sala Apreensão:** Para a iluminação da sala de apreensão, será implementado um sistema de interruptor paralelo, interligando o novo interruptor com o já existente, possibilitando o controle da iluminação de diferentes pontos do ambiente.

Além disso, serão instaladas 4 tomadas, conforme previsto no orçamento, incluindo todos os eletrodutos necessários para a condução dos cabos elétricos, e o chumbamento das caixas de tomadas e interruptores nas paredes, de acordo com as indicações da planilha de orçamento.

5.2 Instalação de Porta Reforçada

- **Descrição:** A sala de apreensão principal contará com uma porta de ferro reforçada, garantindo maior segurança e controle sobre os itens armazenados.

6. Reformas Hidráulicas

6.1 Troca da Caixa d'Água

- **Descrição:** A caixa d'água existente, com capacidade de **1.000 litros**, será substituída por uma nova, de mesmo tamanho, garantindo a eficiência no abastecimento de água para todas as áreas da delegacia.

6.2 Troca de Torneiras, Flexíveis, Sifões e Ralos

- **Descrição:** Todas as torneiras, flexíveis e sifões dos lavatórios serão substituídos, garantindo um sistema hidráulico moderno e funcional. Também será realizada a troca de todos os ralos de pia existentes, utilizando peças de qualidade para evitar problemas de escoamento.

6.3 Instalação de Caixa Sifonada no Banheiro Compartilhado

- **Descrição:** Será instalada uma **caixa sifonada de 150 mm** no banheiro compartilhado, onde apresenta problemas, permitindo o adequado escoamento de água e controle de odores.

7. Reforma da Calçada e Entrada

7.1 Quebra e Reconstrução de Calçadas

Demolição da Calçada Existente: As calçadas serão demolidas conforme o projeto.

Reconstrução: Após a remoção, serão executadas novas calçadas ao redor da edificação, com especial atenção ao correto dimensionamento e execução do caimento de 2% de inclinação, direcionado para fora da parede, conforme as boas práticas de construção e as normas de drenagem. Esse caimento tem como objetivo evitar o acúmulo de água junto às paredes, prevenindo a infiltração e a umidade nas fundações e alvenarias.

Etapas da Construção:

1. Preparo do Solo: Será realizada a compactação do solo para garantir uma base estável e resistente, evitando futuros recalques e fissuras nas calçadas.
2. Execução do Lastro de Concreto: Será aplicada uma camada de lastro de concreto magro, garantindo uniformidade na base e servindo como suporte para o revestimento final da calçada.
3. Instalação de Guias e Formas: Serão instalados guias e formas para assegurar que a inclinação de 2% seja mantida de forma homogênea ao longo de toda a calçada.
4. Concretagem: O concreto utilizado terá resistência adequada para suportar o tráfego leve, garantindo durabilidade. A concretagem será realizada de maneira contínua para evitar juntas de dilatação em excesso e garantir uma superfície uniforme.
5. Acabamento e Revestimento: Após a concretagem, será feito o acabamento com desempenadeira, assegurando que a superfície seja lisa e inclinada de acordo com as especificações. Caso previsto no projeto, poderá ser aplicada uma camada de revestimento antiderrapante para maior segurança.

7.2 Prevenção de Umidade

A inclinação de 2% será rigorosamente aplicada em toda a extensão das calçadas para que a água da chuva escoe eficientemente para longe das paredes da edificação. Esse processo visa evitar problemas futuros de infiltração e umidade ascendente, prolongando a vida útil das paredes e garantindo um ambiente mais saudável e livre de umidade.

7.3 Reforma da Recepção

- **Instalação de Parede de Gesso Drywall:** Será feita uma parede de gesso drywall, fechando parte da recepção para melhor distribuição dos espaços. Uma porta de correr será instalada conforme o projeto.

8. Acabamentos Internos

8.1 Tratamento de Umidade em Paredes

- **Reparos de Reboco:** Será realizado o tratamento de umidade nas paredes internas da delegacia, com reparo de até **10 metros quadrados de reboco**, utilizando técnicas de impermeabilização para evitar a reincidência dos problemas.

8.2 Acabamento e Pintura Interna

- **Massa Corrida e Fundo Selador:** Será aplicada massa corrida em todas as superfícies internas que foram executadas como nova, e nos fechamentos de alvenaria com reboco novo e fundo selador para preparar as paredes e tetos para a pintura.
- **Pintura:** A pintura será executada em todas as paredes internas, tetos, portas e janelas, utilizando tintas de alta qualidade, específicas para ambientes internos, garantindo durabilidade e acabamento refinado.

9. Pintura e Revestimento Externos

9.1 Impermeabilização e Textura Externa

- **Remoção da Textura Existente:** A textura antiga será completamente removida, esse serviço deverá ser executado com auxílio de espátulas onde está solto e com lixadeira nos lugares que está aderido, garantir que não fique nenhuma parte solta em baixo da nova textura.

- **Aplicação de Impermeabilizante:** Serão aplicadas **3 demãos de impermeabilizante acrílico** nas paredes externas, seguidas da aplicação de uma nova textura para acabamento.

9.2 Pintura Externa

- **Descrição:** A pintura será realizada em toda a área externa da delegacia, com produtos específicos para resistência a intempéries e desgaste.

10. Pisos e Estruturas Metálicas

10.1 Pintura de Piso com Tinta Epóxi

- **Descrição:** O piso da entrada, com área de aproximadamente **40 metros quadrados**, será pintado com **tinta epóxi**, material de alta resistência, ideal para áreas de tráfego intenso.

10.2 Pintura de Pontaletes de Metal

- **Descrição:** Os pontaletes metálicos já instalados, que servem como suporte para a tela que funciona como grade de proteção, receberão pintura adequada, garantindo proteção contra corrosão e mantendo a estética do local.

10.3 Corrimão da Rampa de Acesso

- **Descrição:** Os corrimãos da rampa de acesso devem ser pintados com tinta específica esmalte para ferro.

11. Corte de Árvores

Será realizado o **corte de duas árvores** localizadas em outro ponto da propriedade, diferente da área destinada à instalação do sombrite. As árvores foram previamente identificadas, e todos os procedimentos necessários para garantir a segurança ambiental serão seguidos, incluindo a obtenção de permissões legais, se aplicável. O corte será conduzido por profissionais especializados, utilizando equipamentos adequados, garantindo a segurança das pessoas e estruturas ao redor. Os

resíduos do corte, como troncos, galhos e folhagens, serão recolhidos e destinados de forma ambientalmente responsável, de acordo com as normativas locais.

11.1 Instalação de Paver para Área do Sombrite

Na área destinada à instalação do sombrite para **dois carros**, será realizada a preparação do solo e a instalação de pavers, conforme as seguintes etapas:

- **Escavação** e nivelamento do solo para garantir uma base uniforme e firme.
- **Aplicação de camada de base**, utilizando brita ou material apropriado, para garantir a sustentação dos pavers.
- **Assentamento dos pavers**: O pavimento será instalado com espaçamento regular e adequado para a drenagem de água, visando evitar acúmulo de umidade.
- Após o assentamento, será feita a **compactação final**, utilizando equipamentos vibratórios, garantindo o nivelamento e a estabilidade da área pavimentada.

11.2 Instalação do Sombrite para 2 Veículos

Após a conclusão da pavimentação, será realizada a instalação do **sombrite**, conforme detalhado:

- **Estrutura metálica de suporte**: Colunas metálicas galvanizadas serão instaladas devidamente dimensionadas, com travamento adequado para suportar a cobertura. A estrutura será projetada para resistir às intempéries, como ventos fortes e chuvas.
- **Cobertura com sombrite**: O material utilizado será sombrite de alta resistência, com proteção contra raios UV, proporcionando sombreamento eficaz para **dois veículos**. A instalação será realizada com cabos de aço e fixadores adequados para garantir a tensão necessária na cobertura, mantendo-a estável e firme.

12. Execução de Piso Intertravado na Lateral

- **Limpeza e preparação da superfície**: A área lateral destinada à aplicação do piso intertravado deverá ser demarcada e devidamente limpa, removendo-se qualquer material solto, como entulho, vegetação ou solo

inadequado. A limpeza será feita de forma manual, com o auxílio de ferramentas como enxadas, pás e carrinhos de mão.

- **Nivelamento do terreno:** Após a limpeza, o terreno será nivelado, garantindo uma base uniforme para a instalação do piso. Onde necessário, será aplicada uma camada de regularização de areia ou pó de pedra para corrigir desnivelamentos e permitir a correta acomodação das peças intertravadas.
- **Colocação do piso intertravado:** Será executado o assentamento do piso intertravado diretamente sobre a camada de areia. As peças serão posicionadas de maneira uniforme, garantindo a compactação e intertravamento correto entre elas, de forma a assegurar estabilidade e durabilidade.
- **Compactação e acabamento:** Após o assentamento, será realizada a compactação do piso com placa vibratória para garantir que as peças fiquem bem firmes. Por fim, será feito o rejuntamento com areia fina, preenchendo as juntas entre os blocos.

13. Colocação de Brita no Restante do Terreno

- **Limpeza manual do terreno:** A área destinada à colocação de brita será limpa manualmente, removendo-se materiais indesejados, como resíduos, ervas daninhas e vegetação. Ferramentas manuais serão utilizadas, como enxadas, ancinhos e pás.
- **Colocação de lona plástica:** Após a limpeza, será instalada uma lona plástica resistente sobre toda a extensão da área que receberá a brita. A lona serve como uma barreira antiervas, evitando o crescimento de plantas indesejadas e garantindo maior durabilidade ao revestimento de brita.
- **Distribuição da brita:** Com a lona devidamente posicionada, será espalhada a brita sobre a área preparada. A brita será distribuída de forma uniforme, com espessura entre 5 cm e 10 cm, de acordo com o nível desejado e conforme orientação do projeto.

14. Limpeza Final

Ao término dos serviços, será realizada a **limpeza completa** da área de obra, abrangendo:

- **Remoção de entulhos** e detritos gerados durante a execução dos serviços, garantindo que a área fique completamente limpa e adequada para uso.
- Revisão de todos os acabamentos, pinturas calhas, calcadas, incluindo pavers e estrutura do sombrite, para assegurar que tudo esteja de acordo com as especificações planejadas.

15. Considerações Finais

Todos os procedimentos serão realizados com base nas normas técnicas de segurança e de qualidade, garantindo uma obra com **durabilidade, segurança e estética** adequada ao propósito. A instalação do sombrite e a preparação do espaço com pavers garantirão um local seguro e funcional para o estacionamento dos veículos.

A reforma do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais visa a modernização e adequação das instalações, melhorando a funcionalidade, segurança e conforto do espaço. Todos os serviços serão executados seguindo as normas técnicas vigentes, com materiais de alta qualidade, visando a durabilidade e resistência.

Esse documento detalhado contém informações organizadas de forma completa para cada etapa da reforma, facilitando a compreensão dos serviços a serem executados e garantindo que todos os aspectos técnicos e funcionais sejam devidamente abordados.

Responsável Técnico: DEYVES VELLOSO RODRIGUES

Engenheiro Civil Responsável CREA: 219.987/D

São Jose Rio Preto/SP, 25 de setembro de 2024.

ENGENHARIA VELLOSO
LTDA:55445094000102

Assinado de forma digital por
ENGENHARIA VELLOSO
LTDA:55445094000102
Dados: 2024.10.03 12:32:35
-03'00'

DEYVES VELLOSO RODRIGUES
Engenheiro civil
CREA: 219.987/D

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO

Contrato 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	180308-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE SJ RIO PRETO	EDMARCIO FERRI	26/05/2026 12:50 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		058.00108988/2024-38

PREÂMBULO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Processo Administrativo SEI nº 058.00108988/2024-38)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E A EMPRESA _____

O Estado de São Paulo, pela Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, com sede no(a) Rua Benjamin Constant, nº 3821, Bairro Vila Imperial, CEP 15.015-600, na cidade de São José do Rio Preto/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0042-64 neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Doutor Everson Aparecido Contelli, Delegado Seccional de Polícia nomeado(a) pelo(a) Portaria/DGP nº 2669-p, de 17 de junho de 2025, publicado(a) no DOE de 17 de junho de 2025, inscrito(a) no CPF sob o nº 121.122.398-13 no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no Contratado), inscrito (a) no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00108988/2024-38e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .. mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, consistente em manutenção predial corretiva, para o imóvel que abriga o Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto, situado na

Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço comum de engenharia (manutenção predial)	13455	Unidade	01	R\$ 252.048,26	R\$ 252.048,26

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contados do(a) entrega da ordem de início de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo para execução do objeto é de 120 (cento e vinte) dias.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

- 2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA

SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA

PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor global da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA

PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA

REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI atualizado 02/2026 - do mês 04/2026.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA ou equivalente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 10 (dez) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e /ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.17. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) Rua Mário Maio, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP.
- 9.1.24. Manter seus profissionais nos horários predeterminados na documentação que integra este Contrato;
- 9.1.25. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.1.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;
- 9.1.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.1.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.1.29. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.1.30. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.31. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 9.1.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.1.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.37. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso;

9.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.39. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.40.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26 /12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

9.1.42. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Termo de Referência e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.43. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.43.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.43.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.43.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência;

9.1.45. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv) **Multa**:
Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, Resolução SSP – 05/2026.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180308;

II. Fonte de Recursos: 150010001;

III. Programa de Trabalho: 0612218014180000;

IV. Elemento de Despesa: 339039

V. Plano Interno: 0

VI. Nota de Empenho: XX

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São José do Rio Preto/SP, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVERSON APARECIDO CONTELLI
Autoridade competente

LUCIANA FERREIRA DA SILVA
Equipe de apoio



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA										
Contratante:			DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					BDI		
Objeto:			Serviço comum de engenharia para manutenção do 4º e 6º Distritos Policiais de S. J. do Rio Preto							
Endereço:			Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP							
Item	NE	Código SINAPI	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total	
1			SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1		97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	4,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2		97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	13,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3		97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	8,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4		104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	47,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.5		98530	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.6		98527	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.7		98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	28,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.8		104803	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	123,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.9		CP001	REMOCAO TEXTURA EXISTENTE COM ESPATULA E LIXADEIRA	H	36,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.10		103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
									R\$ 0,00	
2			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICA INTERNA							
2.1		91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - F	UN	8,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		104766	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	32,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		92868	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PARE	UN	10,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2		91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3		91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4		96984	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	17,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5		103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	4,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6		91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	60,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.7		91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.8		103244	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 9000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_FE	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.9		103290	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021_PA	M	30,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.10		100853	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, TIPO MONOCOMANDO. AF_01/2020	UN	3,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.11		CP002	EXAUSTOR DE PAREDE DE 150MM	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.12		86096	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	8,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.13		86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.14		86882	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.15		86887	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.16		104329	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA REDONDA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
									R\$ 0,00	
3			ALVENARIA							
3.1		96530	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	30,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.2		92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.3		94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:3:2:7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	2,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.4		103343	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	98,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.5		104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	40,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA

Contratante:				DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					BDI		
Objeto:				Serviço comum de engenharia para manutenção do 4º e 6º Distritos Policiais de S. J. do Rio Preto							
Endereço:				Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP							
Item	NE	Código SINAPI	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal	
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total		
3,6		87888	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	98,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3,7		87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	98,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3,8		93200	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ARGAMASSA APLICADA COM BISNAGA. AF_03/2024	M	18,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
									R\$ 0,00		
4			TELHADO ESTRUTURA METALICA								
4,1		94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	12,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,2		92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA. INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	12,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,3		94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	136,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,4		94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	13,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,5		89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	M	33,5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,6		89529	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	14,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4,7		102607	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
									R\$ 0,00		
5			CALCADAS								
5,1		92396	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	28,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5,2		94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	6,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5,3		87255	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60x60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023 PE	M2	6,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5,3		88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60x60CM. AF_02/2023	M	38,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5,4		87257	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60x60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023 PE	M2	12,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5,5		96624	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM". AF_01/2024	M3	58	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
									R\$ 0,00		
6			ESQUADRIAS								
6,1		94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	3,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6,2		94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	2,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6,3		90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60x210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6,4		90793	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90x210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6,5		100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
									R\$ 0,00		
7			PINTURA								
			Paredes								
7,1		88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	159,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,2		88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	159,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,3		98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	547,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,4		95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	547,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,5		95626	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	547,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,6		88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	951,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7,7		104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	672,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
			Madeira – portas, janela e grade								
7,8		102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	148,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA

Contratante:		DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					BDI			
Objeto:		Serviço comum de engenharia para manutenção do 4º e 6º Distritos Policiais de S. J. do Rio Preto								
Endereço:		Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP								
Item	NE	Código SINAPI	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total	
7.9		100718	COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020	M2	960,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.10		100717	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	M2	166,8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.11		102220	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA. 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	148,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.12		100736	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	166,8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.13		102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	43,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.14		100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	196,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
										R\$ 0,00
8			PAREDE GESSO ACARTONADO							
8.1		96358	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL. USO INTERNO. COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	6,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.3		88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	6,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.4		88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	12,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.5		88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	12,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
										R\$ 0,00
9			LIMPEZA FINAL DE OBRA							
9.1		99803	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	M2	682,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.2		100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	40,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.3		CP 003	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3	CARGA	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
										R\$ 0,00
10			SERVICOS NATUREZA ESPECIFICA							
9.6		CP 004	COBERTURA TIPO SOMBRITE DE 5,60X5,00 METROS	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
										R\$ 0,00
										TOTAL
TOTAL DE SERVIÇOS CONVENCIONAIS										R\$ 0,00
TOTAL DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESPECIFICA										R\$ 0,00
TOTAL GERAL										R\$ 0,00
LOCAL E DATA										
RESPONSÁVEL TÉCNICO										

COMPOSIÇÃO DE B.D.I. PARA EDIFICAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Objeto	Prestação de serviço comum de engenharia (manutenção predial)		
Contratante	DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO		
Local	Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto		
EnderEço	Rua Mario Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras		
Município	Sao Jose Do Rio Preto - SP	Tipo de Obra	Reforma
Área Construída	682,10 m²		

CÁLCULO DA TAXA B.D.I.

Despesas	Intervalo de Admissibilidade			Taxa Proposta	Situação do Intervalo Admissível
	1º Quartil	Médio	3º Quartil		
Administração Central					OK
					OK
Riscos					OK
Despesas Financeiras					OK
Lucro					OK
Tributos (PIS, COFINS, ISSQN)					
Contrib. Prev. sobre Receita Bruta (Lei 13.161/15 - Desoneração)					COM CPRB
				Taxa BDI	

Discriminação de Tributos (T)	
PIS	
CONFINS	
ISSQN	
Total	

Equação de cálculo do BDI conforme Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = [(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times \frac{(1 + L)}{(1 - T - CP)}] - 1$$

Limites Admissíveis de Taxa de BDI			
Limites do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			Conferência
PRB	20,34%	25,00%	-
PRB	26,01%	30,89%	OK

Obs.: Metodologia de cálculo do BDI adotada com referência na Resolução Conjunta SEIL/PRED nº008/2015.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Contratante:		DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO									
Objeto:		Serviço comum de engenharia para manutenção do 4º e 6º Distritos Policiais de S. J. do Rio Preto									
Endereço:		Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP									
BDI:											
Item	Serviços	VALOR TOTAL	30 Dias		60 Dias		90 Dias		120 Dias		% acumulada
			Valor	% no Período	Valor	% no Período	Valor	% no Período	Valor	% no Período	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	80,00%	R\$ 0,00	20,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%
2	INSTALAÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30,00%	R\$ 0,00	40,00%	R\$ 0,00	30,00%	R\$ 0,00	0,00%	
3	ALVENARIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%
4	TELHADO ESTRUTURA METALICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	
5	CALCADAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%
6	ESQUADRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	
7	PINTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	20,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 0,00	20,00%	100% 100%
8	PAREDE GESSO ACARTONADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	
9	LIMPEZA FINAL DE OBRA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	100% 100%
10	NATUREZA ESPECIFICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	
TOTAL		R\$ 0,00									
Valor total no periodo			R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	
Valor da Parcela Acumulado			R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
LOCA E DATA.											

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

RESPONSÁVEL TÉCNICO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(elaborada pelo licitante em papel timbrado)

Eu, _____, portador do CPF nº _____ na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, Processo SEI nº 058.00108988/2024-38, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA (elaborada pelo licitante em papel timbrado)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, Processo SEI nº 058.00108988/2024-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

São José do Rio Preto, ____ de _____ de 2026.

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

Instruções:

- A) A visita técnica deverá ocorrer até um dia útil anterior ao início da sessão do pregão;
- B) A visita técnica deverá ser agendada por meio do telefone (17) 3234-1406, ramal 1130 ou e-mail: uge.sjriopreto@policiacivil.sp.gov.br



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”**

-
- C) Este documento deverá ser apresentado em duas vias, sendo uma retira no momento da visita, e a outra receberá a assinatura do responsável pelo acompanhamento na vistoria e seu nome por extenso;
- D) Este documento deverá ser anexado e entregue junto com a documentação de habilitação.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

ANEXO VI.2
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(elaborada pelo licitante; papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, Processo SEI nº 058.00108988/2024-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

ANEXO VI.3
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante; papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, Processo SEI nº 058.00108988/2024-38, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada. O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)


PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA



Contratante:			DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					BDI		
Objeto:			Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto					26,10%		
Endereço:			Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP							
Base:			SINAPI - Ref. 02/2026 - Vigência 04/2026							
Item	N.E.	Código	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total	
1			SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1		97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	4,06	R\$ 67,00	R\$ 272,02	R\$ 84,49	R\$ 343,02	R\$ 343,02
1.2		97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	13,00	R\$ 13,48	R\$ 175,24	R\$ 17,00	R\$ 220,98	R\$ 563,99
1.3		97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	8,00	R\$ 0,80	R\$ 6,40	R\$ 1,01	R\$ 8,07	R\$ 572,07
1.4		104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	47,98	R\$ 116,92	R\$ 5.609,82	R\$ 147,44	R\$ 7.073,99	R\$ 7.646,05
1.5		98530	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00	R\$ 168,85	R\$ 337,70	R\$ 212,92	R\$ 425,84	R\$ 8.071,89
1.6		98527	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024	UN	2,00	R\$ 236,80	R\$ 473,60	R\$ 298,60	R\$ 597,21	R\$ 8.669,10
1.7		98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	28,00	R\$ 5,41	R\$ 151,48	R\$ 6,82	R\$ 191,02	R\$ 8.860,12
1.8		104803	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	123,00	R\$ 5,40	R\$ 664,20	R\$ 6,81	R\$ 837,56	R\$ 9.697,67
1.9		CP001	REMOCAO TEXTURA EXISTENTE COM ESPATULA E LIXADEIRA	H	36,00	R\$ 59,74	R\$ 2.150,64	R\$ 75,33	R\$ 2.711,96	R\$ 12.409,63
1.10		103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	UN	2,00	R\$ 445,31	R\$ 890,62	R\$ 561,54	R\$ 1.123,07	R\$ 13.532,70
									R\$ 13.532,70	
2			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICA INTERNA							
2.1		91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA -	UN	8,00	R\$ 52,18	R\$ 417,44	R\$ 65,80	R\$ 526,39	R\$ 14.059,09
		104766	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	32,00	R\$ 18,91	R\$ 605,12	R\$ 23,85	R\$ 763,06	R\$ 14.822,15
		92868	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE	UN	10,00	R\$ 20,15	R\$ 201,50	R\$ 25,41	R\$ 254,09	R\$ 15.076,24
2.2		91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 51,60	R\$ 51,60	R\$ 65,07	R\$ 65,07	R\$ 15.141,31
2.3		91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 41,38	R\$ 41,38	R\$ 52,18	R\$ 52,18	R\$ 15.193,49
2.4		96984	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	17,49	R\$ 66,02	R\$ 1.154,69	R\$ 83,25	R\$ 1.456,06	R\$ 16.649,55
2.5		103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	4,00	R\$ 32,52	R\$ 130,08	R\$ 41,01	R\$ 164,03	R\$ 16.813,58
2.6		91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	60,00	R\$ 3,57	R\$ 214,20	R\$ 4,50	R\$ 270,11	R\$ 17.083,69
2.7		91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00	R\$ 5,15	R\$ 206,00	R\$ 6,49	R\$ 259,77	R\$ 17.343,46
2.8		103244	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 9000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	2,00	R\$ 2.556,58	R\$ 5.113,16	R\$ 3.223,85	R\$ 6.447,69	R\$ 23.791,15
2.9		103290	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF_11/2021_PA	M	30,00	R\$ 68,23	R\$ 2.046,90	R\$ 86,04	R\$ 2.581,14	R\$ 26.372,29
2.10		100853	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, TIPO MONOCOMANDO. AF_01/2020	UN	3,00	R\$ 383,71	R\$ 1.151,13	R\$ 483,86	R\$ 1.451,57	R\$ 27.823,87
2.11		CP002	EXAUSTOR DE PAREDE DE 150MM	UN	1,00	R\$ 124,53	R\$ 124,53	R\$ 157,04	R\$ 157,04	R\$ 27.980,90
2.12		86096	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	8,00	R\$ 67,25	R\$ 538,00	R\$ 84,80	R\$ 678,42	R\$ 28.659,32
2.13		86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 13,30	R\$ 172,90	R\$ 16,77	R\$ 218,03	R\$ 28.877,35
2.14		86882	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1 1/4" X 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 23,58	R\$ 306,54	R\$ 29,73	R\$ 386,55	R\$ 29.263,89
2.15		86887	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1 1/2" X 1 1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	R\$ 63,45	R\$ 824,85	R\$ 80,01	R\$ 1.040,14	R\$ 30.304,03
2.16		104329	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA REDONDA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3,00	R\$ 87,96	R\$ 263,88	R\$ 110,92	R\$ 332,75	R\$ 30.636,78
									R\$ 17.104,08	
3			ALVENARIA							
3.1		96530	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	30,00	R\$ 161,96	R\$ 4.858,80	R\$ 204,23	R\$ 6.126,95	R\$ 36.763,73
3.2		92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	120,00	R\$ 12,65	R\$ 1.518,00	R\$ 15,95	R\$ 1.914,20	R\$ 38.677,93
3.3		94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	2,80	R\$ 625,83	R\$ 1.752,32	R\$ 789,17	R\$ 2.209,68	R\$ 40.887,61
3.4		103343	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X29 CM (ESPESURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	98,50	R\$ 131,47	R\$ 12.949,80	R\$ 165,78	R\$ 16.329,69	R\$ 57.217,30
3.5		104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	40,00	R\$ 14,86	R\$ 594,40	R\$ 18,74	R\$ 749,54	R\$ 57.966,84
3.6		87888	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÁOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	98,20	R\$ 9,17	R\$ 900,49	R\$ 11,56	R\$ 1.135,52	R\$ 59.102,36

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA

Contratante:			DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO					BDI		
Objeto:			Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto					26,10%		
Endereço:			Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP							
Base:			SINAPI - Ref. 02/2026 - Vigência 04/2026							
Item	N.E.	Código	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total	
3,7		87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8. PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS. ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	98,20	R\$ 63,10	R\$ 6.196,42	R\$ 79,57	R\$ 7.813,69	R\$ 66.916,05
3,8		93200	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ARGAMASSA APLICADA COM BISNAGA. AF_03/2024	M	18,00	R\$ 13,31	R\$ 239,58	R\$ 16,78	R\$ 302,11	R\$ 67.218,16
									R\$ 36.581,37	
4			TELHADO ESTRUTURA METALICA							
4,1		94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	12,30	R\$ 63,31	R\$ 778,71	R\$ 79,83	R\$ 981,96	R\$ 68.200,11
4,2		92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA. INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	12,30	R\$ 69,26	R\$ 851,90	R\$ 87,34	R\$ 1.074,24	R\$ 69.274,36
4,3		94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	136,00	R\$ 86,94	R\$ 11.823,84	R\$ 109,63	R\$ 14.909,86	R\$ 84.184,22
4,4		94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	13,00	R\$ 52,35	R\$ 680,55	R\$ 66,01	R\$ 858,17	R\$ 85.042,39
4,5		89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	M	33,5	R\$ 34,56	R\$ 1.157,76	R\$ 43,58	R\$ 1.459,94	R\$ 86.502,33
4,6		89529	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	14,00	R\$ 38,92	R\$ 544,88	R\$ 49,08	R\$ 687,09	R\$ 87.189,42
4,7		102607	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,00	R\$ 481,55	R\$ 481,55	R\$ 607,23	R\$ 607,23	R\$ 87.796,66
									R\$ 20.578,50	
5			CALCADAS							
5,1		92396	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	28,00	R\$ 102,55	R\$ 2.871,40	R\$ 129,32	R\$ 3.620,84	R\$ 91.417,49
5,2		94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	6,49	R\$ 944,04	R\$ 6.126,82	R\$ 1.190,43	R\$ 7.725,92	R\$ 99.143,41
5,3		87255	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE AREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023 PE	M2	6,60	R\$ 93,65	R\$ 618,09	R\$ 118,09	R\$ 779,41	R\$ 99.922,82
5,3		88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	38,00	R\$ 13,02	R\$ 494,76	R\$ 16,42	R\$ 623,89	R\$ 100.546,72
5,4		87257	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE AREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023 PE	M2	12,00	R\$ 69,50	R\$ 834,00	R\$ 87,64	R\$ 1.051,67	R\$ 101.598,39
5,5		96624	LÁSTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE "10 CM". AF_01/2024	M3	58	R\$ 155,81	R\$ 9.036,98	R\$ 196,48	R\$ 11.395,63	R\$ 112.994,02
									R\$ 25.197,36	
6			ESQUADRIAS							
6,1		94559	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	3,20	R\$ 719,48	R\$ 2.302,34	R\$ 907,26	R\$ 2.903,25	R\$ 115.897,27
6,2		94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	2,70	R\$ 593,08	R\$ 1.601,32	R\$ 747,87	R\$ 2.019,26	R\$ 117.916,53
6,3		90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 943,48	R\$ 943,48	R\$ 1.189,73	R\$ 1.189,73	R\$ 119.106,25
6,4		90793	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 1.190,11	R\$ 1.190,11	R\$ 1.500,73	R\$ 1.500,73	R\$ 120.606,98
6,5		100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 681,30	R\$ 681,30	R\$ 859,12	R\$ 859,12	R\$ 121.466,10
									R\$ 8.472,08	
7			PINTURA							
			Paredes							
7,1		88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	159,75	R\$ 4,40	R\$ 702,90	R\$ 5,55	R\$ 886,36	R\$ 122.352,46
7,2		88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	159,75	R\$ 19,88	R\$ 3.175,83	R\$ 25,07	R\$ 4.004,72	R\$ 126.357,18
7,3		98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	547,00	R\$ 52,67	R\$ 28.810,49	R\$ 66,42	R\$ 36.330,03	R\$ 162.687,21
7,4		95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	547,00	R\$ 15,41	R\$ 8.429,27	R\$ 19,43	R\$ 10.629,31	R\$ 173.316,52
7,5		95626	APLICAÇÃO MANUL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	547,00	R\$ 17,80	R\$ 9.736,60	R\$ 22,45	R\$ 12.277,85	R\$ 185.594,37
7,6		88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	951,00	R\$ 14,60	R\$ 13.884,60	R\$ 18,41	R\$ 17.508,48	R\$ 203.102,85
7,7		104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	672,00	R\$ 13,34	R\$ 8.964,48	R\$ 16,82	R\$ 11.304,21	R\$ 214.407,06
			Madeira – portas, janela e grade							
7,8		102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	148,00	R\$ 2,28	R\$ 337,44	R\$ 2,88	R\$ 425,51	R\$ 214.832,57
7,9		100718	COLOCAÇÃO DE FITA PROTETORA PARA PINTURA. AF_01/2020	M2	960,00	R\$ 1,64	R\$ 1.574,40	R\$ 2,07	R\$ 1.985,32	R\$ 216.817,89
7,10		100717	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	M2	166,8	R\$ 11,10	R\$ 1.851,48	R\$ 14,00	R\$ 2.334,72	R\$ 219.152,61
7,11		102220	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	148,00	R\$ 18,21	R\$ 2.695,08	R\$ 22,96	R\$ 3.398,50	R\$ 222.551,10

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA


Contratante:		DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO						BDI		
Objeto:		Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto						26,10%		
Endereço:		Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP								
Base:		SINAPI - Ref. 02/2026 - Vigência 04/2026								
Item	N.E.	Código	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Sem BDI		Com BDI		Subtotal
						Custo Unitário	Custo Total	Custo Unitário	Custo Total	
7.12		100736	PINTURA COM TINTA ACRILICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	166,8	R\$ 17,05	R\$ 2.843,94	R\$ 21,50	R\$ 3.586,21	R\$ 226.137,31
7.13		102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPOXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPOXI. AF_05/2021	M2	43,20	R\$ 68,20	R\$ 2.946,24	R\$ 86,00	R\$ 3.715,21	R\$ 229.852,52
7.14		100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	196,00	R\$ 28,41	R\$ 5.568,36	R\$ 35,83	R\$ 7.021,70	R\$ 236.874,22
									R\$ 115.408,12	
8			PAREDE GESSO ACARTONADO							
8.1		96358	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	6,20	R\$ 100,86	R\$ 625,33	R\$ 127,18	R\$ 788,54	R\$ 237.662,77
8.3		88485	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	6,20	R\$ 4,40	R\$ 27,28	R\$ 5,55	R\$ 34,40	R\$ 237.697,17
8.4		88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	12,40	R\$ 12,89	R\$ 159,84	R\$ 16,25	R\$ 201,55	R\$ 237.898,72
8.5		88489	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	12,40	R\$ 14,60	R\$ 181,04	R\$ 18,41	R\$ 228,29	R\$ 238.127,01
									R\$ 1.252,79	
9			LIMPEZA FINAL DE OBRA							
9.1		99803	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	M2	682,00	R\$ 4,37	R\$ 2.980,34	R\$ 5,51	R\$ 3.758,21	R\$ 241.885,22
9.2		100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	40,00	R\$ 9,88	R\$ 395,20	R\$ 12,46	R\$ 498,35	R\$ 242.383,57
9.3		CP 003	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3	CARGA	1,00	R\$ 1.047,64	R\$ 1.047,64	R\$ 1.321,07	R\$ 1.321,07	R\$ 243.704,64
									R\$ 5.577,63	
10			SERVICOS NATUREZA ESPECIFICA							
9.6		CP 004	COBERTURA TIPO SOMBRITE DE 5,60X5,00 METROS	UN	1,00	R\$ 6.616,67	R\$ 6.616,67	R\$ 8.343,62	R\$ 8.343,62	R\$ 252.048,26
									R\$ 8.343,62	
										TOTAL
TOTAL DE SERVIÇOS CONVENCIONAIS										R\$ 243.704,64
TOTAL DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESPECIFICA										R\$ 8.343,62
TOTAL GERAL										R\$ 252.048,26
RESPONSAVEL TÉCNICO ORÇAMENTO:										
São José do Rio Preto/SP, 08 de abril de 2026.										
ENGENHARIA VELLOSO LTDA:55445094000102						Assinado de forma digital por ENGENHARIA VELLOSO LTDA:55445094000102 Dados: 2026.04.08 15:58:38 -03'00'				
DEYVES VELLOSO RODRIGUES Engenheiro Civil - CREA 219.987/D										

		PLANILHA DE COMPOSIÇÕES COMPLEMENTARES							
		Contratante:	DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO						
		Objeto:	Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto						
		Endereço:	Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP						
		Base:	SINAPI - Ref. 02/2026 - Vigência 04/2026						
		BDI:	26,10%						

CÓDIGOS		COTAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	BDI 26,1%	TOTAL
SERVIÇOS	INSUMOS							
		CP001	COMPOSICAO SINAPI: REMOCAO DE TEXTURA EM OBRA EXISTENTE, TRABALHO FEITO COM LIXADEIRA E JATO DE AGUA	H				R\$ 59,74
88310			PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	36	R\$ 33,74	R\$ 42,55	R\$ 1.531,66
88316			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	36	R\$ 25,35	R\$ 31,97	R\$ 1.150,79
104519			LIXADEIRA DE PAREDE, COM LED, POTÊNCIA 750 W, FREQUÊNCIA 60 HZ, VELOCIDADE 1000 A 2100 RPM, DIÂMETRO DA LIXA 225 MM - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_12/2022	H	36	R\$ 0,65	R\$ 0,82	R\$ 29,51
		CP002	EXAUSTOR DE PAREDE DE 150MM	UN				R\$ 124,53
	1	3	MERCADO LIVRE	UN	1	R\$ 149,00	R\$ 124,53	
	2	3	LOJA DO MECANICO	UN	1	R\$ 99,00	R\$ 124,53	
	3	3	LEROY MERLIN	UN	1	R\$ 125,60	R\$ 124,53	
		CP003	COMPOSICAO SINAPI: TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3	UN				R\$ 1.321,07
96243			MINIESCAVADEIRA SOBRE ESTEIRAS, POTENCIA LIQUIDA DE *30* HP, PESO OPERACIONAL DE *3.500* KG - MANUTENCAO. AF_04/2017	H	4	R\$ 32,40	R\$ 40,86	R\$ 163,43
95875			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	H	300	R\$ 2,55	R\$ 3,22	R\$ 964,67
88294			OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	R\$ 38,26	R\$ 48,25	R\$ 192,98
		CP004	SOMBRITE 560 X 500 CM PARA 2 CARROS	UN				R\$ 6.616,67
	1	3	TOLDOS ELDORADO (CNPJ: 07.353.688/0001-32 FONE: (17) 32179349)	UN	1	R\$ 5.350,00	R\$ 6.616,67	
	2	3	RIO PRETO TOLDOS CNPJ: 55.861.256/0001-85 (17)98805-8738	UN	1	R\$ 7.000,00	R\$ 6.616,67	
	3	3	TOLDOS VITORIA CNPJ: 41.675.267/0001-66 TELEFONE: (17) 99167-0085	UN	1	R\$ 7.500,00	R\$ 6.616,67	



CONTEM ANEXOS DE 3 ORCAMENTOS PARA CP 004 E CP 002								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

RESPONSÁVEL TÉCNICO:


ENGENHARIA VELLOSO
 LTDA:55445094000102
Assinado de forma digital por
 ENGENHARIA VELLOSO
 LTDA:55445094000102
 Dados: 2026.04.08 15:23:30 -03'00'

DEYVES VELLOSO RODRIGUES
 ENGENHEIRO CIVIL - CREA 219.987/D

São José do Rio Preto/SP, 08 de abril de 2026.

		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO										
		Contratante:	DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO									
		Objeto:	Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto									
		Endereço:	Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP									
		Base:	SINAPI - Ref. 02/2026 - Vigência 04/2026									
		BDI	26,10%									
Item	Serviços	VALOR TOTAL	30 Dias		60 Dias		90 Dias		120 Dias		% acumulada	
			Valor	% no Período	Valor	% no Período	Valor	% no Período	Valor	% no Período		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 13.532,70	R\$ 13.483,66	80,00%	R\$ 0,00	20,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%	
2	INSTALAÇÕES	R\$ 17.104,08	R\$ 5.131,22	30,00%	R\$ 6.841,63	40,00%	R\$ 5.131,22	30,00%	R\$ 0,00	0,00%		
3	ALVENARIA	R\$ 36.581,37	R\$ 14.632,55	40,00%	R\$ 21.948,82	60,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%	
4	TELHADO ESTRUTURA METALICA	R\$ 20.578,50	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 20.578,50	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%		
5	CALCADAS	R\$ 25.197,36	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 25.197,36	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	100% 100%	
6	ESQUADRIAS	R\$ 8.472,08	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 8.472,08	100,00%	R\$ 0,00	0,00%		
7	PINTURA	R\$ 115.408,12	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 23.081,62	20,00%	R\$ 69.244,87	60,00%	R\$ 23.081,62	20,00%	100% 100%	
8	PAREDE GESSO ACARTONADO	R\$ 1.252,79	R\$ 1.252,79	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%		
9	LIMPEZA FINAL DE OBRA	R\$ 5.577,63	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 5.577,63	100,00%	100% 100%	
10	NATUREZA ESPECIFICA	R\$ 8.343,62	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 8.343,62	100,00%		
TOTAL		R\$ 252.048,26										
Valor total no periodo			R\$ 34.500,22	13,69%	R\$ 97.647,95	38,74%	R\$ 82.848,18	32,87%	R\$ 37.002,87	14,68%		
Valor da Parcela Acumulado			R\$ 34.500,22	13,69%	R\$ 132.148,16	52,43%	R\$ 214.996,34	85,30%	R\$ 251.999,21	99,98%	99,98%	
São José do Rio Preto/SP, 08 de abril de 2026..												
RESPONSAVEL TECNICO: DEYVES VELLOSO RODRIGUES CREA: 219.987/D												

COMPOSIÇÃO DE B.D.I. PARA EDIFICAÇÕES
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Objeto	Reforma/Manutenção Predial do Núcleo do 4º e 6º Distritos Policiais de São José do Rio Preto.		
Proprietário	Delegacia seccional de sao jose do rio preto		
Endereço	Rua Mário Maia, nº 155, Bairro Jardim das Oliveiras, São José do Rio Preto/SP, CEP 15015-600		
Município	Sao Jose Do Rio Preto - SP	Tipo de Obra	Reforma
Área Construída	682,10 m²		

CÁLCULO DA TAXA B.D.I.

Despesas	Intervalo de Admissibilidade			Taxa Proposta	Situação do Intervalo Admissível
	1º Quartil	Médio	3º Quartil		
Administração Central	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	OK
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%	OK
Riscos	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%	OK
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%	1,23%	OK
Lucro	4,16%	5,40%	6,96%	7,57%	OK
Tributos (PIS, COFINS, ISSQN)				6,65%	
Contrib. Prev. sobre Receita Bruta (Lei 13.161/15 - Desoneração)				4,50%	COM CPRB

Discriminação de Tributos (T)	
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISSQN	3,00%
Total	6,65%

Taxa BDI	26,10%
-----------------	---------------

Equação de cálculo do BDI conforme Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = [(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times \frac{(1 + L)}{(1 - T - CP)}] - 1$$

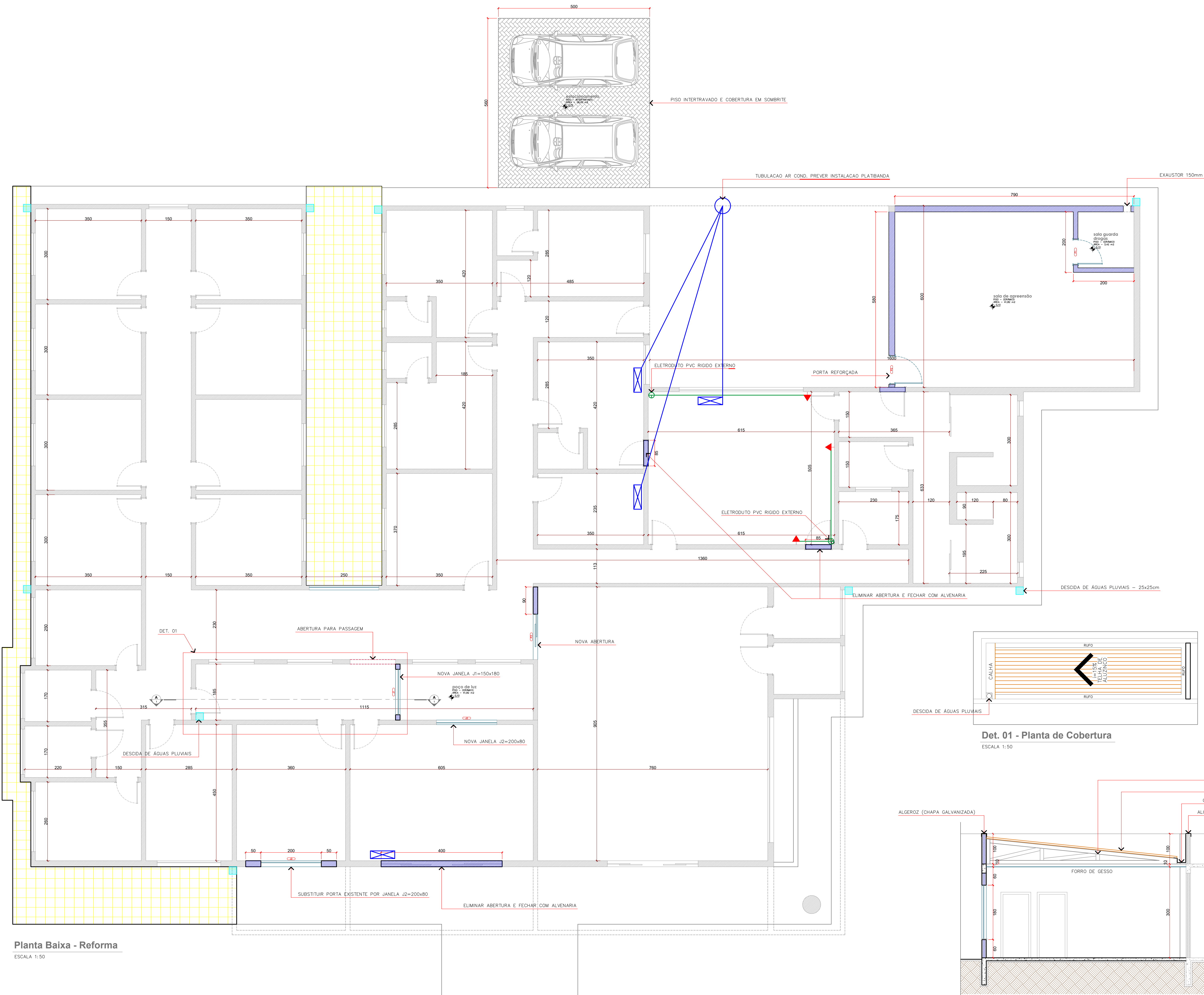
Limites Admissíveis de Taxa de BDI				
Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário				Conferência
Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%	-
Com CPRB	26,01%	27,87%	30,89%	OK

Obs.: Metodologia de cálculo do BDI adotada com referência na Resolução Conjunta SEIL/PRED nº008/2015.

**ENGENHARIA
VELLOSO**

**LTDA:554450940
00102**

Assinado de forma
digital por ENGENHARIA
VELLOSO
LTDA:55445094000102
Dados: 2024.10.03
13:50:35 -03'00'



Legenda

- PAREDE EXISTENTE
- PAREDE A CONSTRUIR
- PAREDE A DEMOLIR
- DEMOLIÇÃO E REFORMA DE CALÇADA
- AR CONDICIONADO
- ELETRODUTO PVC RÍGIDO
- TOMADA BAIXA - 40cm
- DESCIDA DE ÁGUAS PLUVIAIS - 25x25cm
- PISO INTERTRAVADO

QUADRO DE ABERTURAS

Esquadrias	Qtdade	Descrição	Medidas
P1	01	Porta de giro	80x210
P2	01	Porta de giro	90x210
P3	01	Porta de correr	150x210
J1	01	Janela de correr	150x180/80
J2	02	Janela de correr	200x80/140

APROVAÇÕES PÚBLICAS



DEYVES VELLOSO RODRIGUES
CREA 21998710

PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO

Projeto Executivo de Reforma.

OBRA

Edificação Pública de alvenaria
Planta baixa

LOCAL

Rua Mario Maia n 155,
Bairro Jardim Mara Lucia, São José do Rio Preto - SP.

ESTATÍSTICAS

ÁREA TOTAL DA REFORMA= 682,10m²
ÁREA TOTAL= 682,10m²

PROPRIETÁRIO

DELEGACIA SECCIONAL
CNPJ - 05.676.777/0001-94

PROJETO ARQUITETÔNICO

Eng. Deyves Velloso Rodrigues
CREA- 219.987/10

EXECUÇÃO DE OBRA

A Licitar
CREA

DATA
SET
2024

ESCALA
INDICADA

DESENHO
PRANCHA

1/1

"Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse do lote."



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

A avaliação da execução do serviço comum de engenharia consistente na manutenção predial corretiva se dará por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Equipamentos e Técnicas empregados nos trabalhos;
- b) Inspeção dos Serviços executados e concluídos.

1.1. Caberá ao Contratante designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo certificados de prestação e avaliação dos serviços após a conclusão de cada etapa, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- Avaliação da execução e conclusão dos serviços; • Avaliação de desperdícios de materiais;
- Avaliação das ferramentas e equipamentos adequados à execução das tarefas;
- Avaliação dos Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I) utilizados pela equipe de trabalho;
- Avaliação dos Equipamentos de Proteção Coletiva (E.P.C.) utilizados nas tarefas;
- Avaliação das condições de manutenção, da ordem e limpeza do local no que tange a execução dos trabalhos.

2. REGRAS GERAIS

A avaliação da Contratada na prestação de serviços comuns de engenharia consistente na manutenção predial corretiva se dará por meio de pontuação em conceitos de Ótimo, Bom, Regular e Ruim em cada um dos itens vistoriados.

2.1. CONCEITOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS:

ÓTIMO - Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

- Realização das manutenções corretivas de acordo com os serviços estabelecidos no item 1.1 do Termo de Referência;
- Execução dos trabalhos em conformidade com o tempo estipulado no cronograma



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

aprovado;

- Inexistência de retrabalho;
- Organização durante os trabalhos;
- Controle de desperdício de materiais; • Funcionários devidamente treinados, uniformizados e utilizando
- E.P.I. adequados;
- Cumprimento do prazo para término de todas as etapas;
- Equipamentos e ferramentas padronizados e em quantidade suficiente;

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência de re-execução de 5% (cinco por cento) dos serviços executados;
- Cumprimento do prazo para término de duas etapas;
- Demais itens em conformidade.

REGULAR - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência de reexecução de 10% (dez por cento) dos serviços totais executados;
- Descumprimento do prazo para término de todas as etapas (atraso na conclusão das três etapas);
- Demais itens em conformidade.

RUIM - Refere-se à desconformidade de mais de 15% (quinze) dos critérios, como:

- Atraso na execução e término dos serviços, conforme estipulado no cronograma;
- Inconformidade na utilização dos E.P.I (Equipamentos de Proteção Individual);
- Inconformidade na utilização do E.P.C. (Equipamento de Proteção Coletiva);
- Funcionário com uniforme e/ou E.P.I. incompletos;
- Execução dos serviços sem técnica adequada;
- Desperdício de materiais;
- Equipamentos e ferramentas incompletos ou em quantidade insuficiente;
- Local dos trabalhos desorganizados e limpeza inadequada.

2.2. ITENS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

2.2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS A- ORGANIZAÇÃO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

DOS MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

A – ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

ITEM	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
01	Durante a execução dos serviços				

B – EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS UTILIZADAS NOS SERVIÇOS

ITEM	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
02	Equipamentos adequados para os serviços				
03	Ferramentas adequadas para os serviços				

C – APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO/UNIFORMES / EPI/EPC

ITEM	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
04	Trabalho em equipe, em segurança e uniformizados				
05	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)				
06	Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)				

D – CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NO CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
07	Cumprimento do prazo de início e término de todos os serviços				

2.3. CRITÉRIOS

Na avaliação, devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, equivalentes, respectivamente, aos valores 100, 80, 50 e 30 para cada um dos itens avaliados.

2.4. RESPONSABILIDADES

Equipe de Fiscalização:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

- Responsável pela Avaliação da Contratada utilizando o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato.

Gestor do Contrato:

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pela apuração do percentual de liberação da fatura correspondente.

2.5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato com base na relação de itens a serem avaliados e no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação final da Contratada.

No final da prestação dos serviços, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período para o Gestor do Contrato.

Cabe ao Setor de Finanças, por meio do respectivo Gestor do Contrato, com base em no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado, utilizando-se do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados, apurar o percentual de liberação da fatura correspondente e encaminhar uma via para a Contratada



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER – 5 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DR. NEMR JORGE
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
“Investigador Edemilson José Soares”

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA CONSISTENTE NA MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA

Contrato nº:	
Unidade:	
Período:	
Contratada:	
Responsável pela Fiscalização:	
Gestor do Contrato:	

QUANTIDADE DE ITENS (I):

	Quantidade (a)	Equivalência (e)	Pontos Obtidos (Y=a x e)
Quantidade de ótimo			
Quantidade de bom			
Quantidade de regular			
Quantidade de ruim			
TOTAL			ΣY

A nota N será obtida mediante o resultado da somatória total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número total de itens vistoriados (I), como demonstrado pela fórmula abaixo:

RESULTADO FINAL:

$$N = \frac{\Sigma Y}{I}$$

LIBERAÇÃO TOTAL DA FATURA	Nota maior ou igual a 90 pontos
LIBERAÇÃO DE 90% DA FATURA	Nota entre 70 a 89,90 pontos
LIBERAÇÃO DE 80% DA FATURA	Nota entre 60 a 69,90 pontos
LIBERAÇÃO DE 65% DA FATURA	Nota entre 50 a 59,90 pontos
LIBERAÇÃO DE 50% DA FATURA	Nota menor ou igual a 49,90 pontos

NOTA:	Assinatura do responsável pela fiscalização	Assinatura do responsável da contratada	Assinatura do gestor do contrato